



ANAIS

na
BASE
do

afeto

1º
**SIMPÓSIO
NACIONAL
DE SAÚDE
LGBTQIA+**



NA BASE DO AFETO

1º SIMPÓSIO NACIONAL DE SAÚDE LGBTQIA+

COORDENAÇÃO GERAL

- José Ivo Pedrosa | UFPI

COMISSÃO ORGANIZADORA

- Flávia do Bonsucesso Teixeira | PPSAF - FAMED - UFU

- Maria Cecília Porto Novais | INBIO - UFU

- Johnatan Reis da Silva | FAMED - UFU

COMISSÃO CIENTÍFICA

- Mariana Hasse | PROFSAÚDE - FAMED - UFU

- Olívia Miziara | IP - UFU

- Marina Abreu Dias | FAMED - UFU

- Cláudia Regina Ribeiro | PROFSAÚDE - ISC - UFF

- Adriana Maria de Figueiredo | PROFSAÚDE - UFOP

- Andréia Aparecida de Miranda Ramos | FAMED - UFJF

REALIZAÇÃO



INSTITUIÇÕES PORPONENTES



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARANÁ



UFOP
Universidade Federal
de Ouro Preto



UFJF
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE JUIZ DE FORA



UFF
Universidade
Federal
Fluminense



UFU
Universidade
Federal de
Uberlândia

PARCEIROS



NISC



SECRETARIA
MUNICIPAL DE
SAÚDE



PREFEITURA
OURO
PRETO



WEBMASTER E EDITORAÇÃO



Edição © O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais. 2023

Editor-chefe: Antonio K.valo
Curador: Fábio Figueiredo Camargo
Assistente: Barbara Caetano

Catálogo na Publicação - CIP

S612a Simpósio Nacional de Saúde LGBTQIA+ (1. : 2023 : Uberlândia, MG)
Anais do 1º Simpósio Nacional de Saúde LGBTQIA+: na base do afeto / organização de Flávia do Bonsucesso Teixeira e Mariana Hasse. – Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2023.
51 p. : il.

Versão online <https://nabasedoafeto.wixsite.com/home>

ISBN 978-65-88010-48-8.

1. Saúde pública - Brasil - Eventos. 2. Políticas e cuidados em saúde – Brasil - Eventos. 3. Pessoas LGBTQ+ - Saúde - Eventos.
I. Teixeira, Flávia do Bonsucesso, org. II. Hasse, Mariana, org. III. Título.

CDD: 614.0981063

CDU: 614(81)(063)

Elaborada por Gizele Cristine Nunes do Couto – CRB6-2091

CONSELHO EDITORIAL

Alex Fabiano Jardim
Ana Maria Colling
André Luis Mitidieri
Andréa Sirihal Werkema
Antonio Fernandes Jr.
Cláudia Maia
Cleudemar Fernandes
Davi Pinho
Djalma Thurler
Eliane Robert Moraes
Eneida Maria de Souza
Emerson Inácio
Flávia Teixeira
Flávio Pereira Camargo
Joana Muylaert
Larissa Pelúcio
Leandro Colling
Leonardo Mendes

Luciana Borges
Luiz Morando
Maria Elisa Moreira
Mário César Lugarinho
Nádia Batella Gotlib
Patrícia Goulart Tondinelli
Paulo César Garcia
Renata Pimentel
Ricardo Alves dos Santos
Telma Borges
Vinícius Lopes Passos

CURADORIA

Fábio Figueiredo Camargo
Leonardo Francisco Soares
Ivan Marcos Ribeiro

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência da editora.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 1º de janeiro de 2009.



O Sexo da Palavra - Projetos Editoriais
Av. Dr. Laerte Vieira Gonçalves, 466
Santa Mônica
CEP: 38.408-138 | Uberlândia - MG
CNPJ: 33.713.941/0001-21
Printed in Brazil / Impresso no Brasil

www.osexodapalavra.com



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 06

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE 10

ACOLHIMENTO DAS DIFERENÇAS NAS PRÁTICAS EM SAÚDE: Educação em Saúde LGBTQIA+ baseada em processos dialógicos

Victor Araújo Fortuna Cáus; Carlos Henrique Silva Ribeiro;
Lucca Fagundes Ramos de Oliveira; Alexandre Costa Val

11

AUSÊNCIA DE DADOS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NAS FICHAS DE CADASTRO INDIVIDUAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: Relato de experiência

Cosme Rezende Laurindo; Luis Guilherme Parreira Peluso;
Ana Carolina Carvalho Reis; Elfy Mawugnon Deguenon; Danielle Teles da Cruz

13

EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: Estratégia para construção do cuidado à população LGBTQIA+ na atenção básica

William Pereira Santos; Alcindo Antônio Ferla

15

EDUCAÇÃO EM SAÚDE 17

ADERIR & PREVENIR: A lacuna diante do “tá difícil de engolir”.

Jeziel Silveira Silva

18

PROMOÇÃO DE CURSOS SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: Relato de experiência

Lara Beatriz de Sousa Araújo; Paulo Victor de Sousa Ribeiro;
Lucas da Silva Costa; Lívia Karen Barbosa de Brito; Júlia Rodrigues Holanda;
Alana Beatriz Souza Castelo Branco; Isla Marília Rocha Sousa Caldas;
Giovanna de Oliveira Libório Dourado

20

SAÚDE LGBTQIA+ NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A experiência da ufop

Natália de Souza Lisboa; Joseane Mendes Teixeira;
Leandro Andrade Henriques

22

PROMOÇÃO DO CUIDADO 24

PROJETO IDENTIDADE: Um avanço em direção a atenção integral da população trans no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) 25

Eloisa da Silva Xavier; Clara Azevedo de Araújo;
Lucas da Costa Brandão; Marcia Cristina Brasil Santos

"EU VIM BUSCAR ESSA LIBERDADE DE SER QUEM EU QUERIA SER": Desejos, contradições e ambiguidades na construção das masculinidades trans. 27

Cláudia Regina Ribeiro; Andrea Felizardo Ahmad;
Beatriz Selles Dantas; Adriana Lemos

SAÚDE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: Perspectiva De Uma Trans Universitária 29

Marco Antônio Torres; Thaynara Martins da Costa Menezes;
Leandro Andrade Henriques

SAÚDE MENTAL 31

CUIDADO LGBTI+ E SAÚDE MENTAL: Perspectivas iniciais da implantação da frente para ativação de rede 32

Otavio Menani Ercole; Débora Cristina Geraldo de Souza;
Marina Lolis Silva; Alex Julio Barbosa; Dayene Patrícia Gatto Altoé;
Jackeline Lourenço Aristides

ENSINO SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA 34

Marina Abreu Dias; Mariana Hasse

A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIA+ EM UM SERVIÇO-ESCOLA 35

Flávio Alves da Silva

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL ONLINE DE PESSOAS LGBTQIA+: Um relato de experiência na residência multiprofissional 37

Miriane Menezes Lovisi

RELATÓRIOS 39



APRESENTAÇÃO

Na marcha das incertezas em relação à implementação - ainda frágil -, da **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT)** surgiu a proposta de organizar o evento ***Na base do afeto: 1º Simpósio Nacional da Saúde LGBTQIA+***.

O evento buscou, através de reflexões críticas sobre experiências e pesquisas, fortalecer os laços entre pesquisadores/as, ativistas, trabalhadores/as e usuários/as de serviços e marcar os 10 anos após a publicação da **PNSI-LGBT**.

Cientes de que a lacuna na formação dos/das profissionais sobre o tema - especialmente de serviços não especializados - é uma barreira para o cuidado, facilitamos a articulação entre os/as serviços, pesquisadores/as e trabalhadores/as que defendem um cuidado integral e equânime em saúde para a população LGBTQIA+.

O **1º Simpósio Nacional da Saúde LGBTQIA+** foi promovido e organizado pela **Rede do Mestrado Profissional em Saúde da Família -PROFSAÚDE da FIOCRUZ/ABRASCO** e pensado para celebrar a conquista de direitos e fortalecer a luta dos/as que acreditam na **PNSI-LGBT**.

O evento teve a participação de mais 900 pessoas (929 para ser exato), entre estudantes (55%, de graduação e pós), profissionais da saúde (30%, entre psicólogas/os, agentes comunitárias/os de saúde, enfermeiras/os, médicas/os, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, nutricionistas, fisioterapeutas e professoras/es), ativistas (4,5%), usuários/as de serviços de saúde (3,3%) e outros (7,2%).

Tivemos participantes vinculados a universidades, serviços públicos e privados de saúde (de diferentes níveis de atenção), movimentos sociais e órgãos de gestão e controle sociais de todas as regiões do Brasil.

As mesas e painéis realizadas contaram com a presença de ativistas, usuários/as e profissionais de serviços de saúde e pesquisadores/as que trataram da história da construção da **PNSI-LGBT**. Nesse percurso avaliaram os desafios no desenvolvimento de ações, pesquisas e na formação sobre o tema no campo da saúde e promoveram a reflexão sobre a experiência de como ser uma pessoa LGBTQIA+ impacta a trajetória de profissionais e pesquisadores/as, como pode ser visto abaixo.

25/08/2022

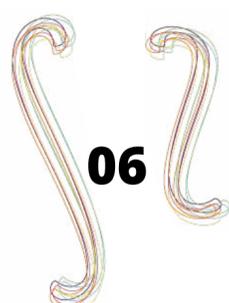
MESA DE ABERTURA

Coordenador: José Ivo Pedrosa | Universidade Federal do Piauí
Coordenação Nacional PROFSAUDE
Coordenadores Locais das IES participantes
Comitê Técnico de Saúde LGBT/MG

PAINEL #01

ESSA POLÍTICA TEM HISTÓRIA: OS 10 ANOS DA PNSI-LGBT

Coordenador: José Ivo Pedrosa - Universidade Federal do Piauí
Debatedora: Flavia do Bonsucesso Teixeira - Universidade Federal de Uberlândia
- Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família - ProfSaúde. Membro do Grupo de Trabalho Saúde da População LGBTI+ da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Integrante do Comitê Técnico de Saúde LGBT de Minas Gerais.



Convidados/as:

- Katia Souto - Ex-Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde.
- Edu Turte Cavadinha – Observatório de Política LGBT/UnB.
- Keila Simpson - Presidenta da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA. Ex-presidenta do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT. Integrou o Comitê Técnico de Saúde LGBT do Ministério da Saúde

26/08/2022

PAINEL #02

PREPARAMOS PROFISSIONAIS PARA ESSA POLÍTICA? ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Ementa: A proposta desse encontro é discutir/apresentar os desafios e avanços dos/as docentes na condução de componentes curriculares, orientação de pesquisa e extensão, supervisão de estágios que priorizem a saúde da população LGBT nas Universidades/Programas de Residência

Coordenador: Daniel Canavese – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Coordenador do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família – ProfSaúde. Membro do Grupo de Trabalho Saúde da População LGBTI+ da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).

Debatedor: Pedro Paulo Gomes Pereira - Professor do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Quereres - Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde.

Convidados/as:

- Guilherme Silva de Almeida – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Integrante do Laboratório Integrado de Diversidade Sexual e de Gênero, Políticas e Direitos da UERJ – Conselho Estadual de Políticas para LGBT do Rio de Janeiro.
- Andrea Cronemberger Rufino – Universidade Estadual do Piauí - Membro do Grupo de Trabalho Saúde da População LGBTI+ da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO).
- Marco Aurélio Máximo Prado – Universidade Federal de Minas Gerais – Presidente da Associação Nacional de Pesquisa Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) . Coordenador do NUH-UFMG.

27/08/2022

PAINEL #03

EFEITOS DA FORMAÇÃO NOS NOSSOS PERCURSOS PROFISSIONAIS

Ementa: Essa mesa proporcionará a conversa entre pessoas que foram atravessadas nas suas formações nas diferentes áreas da saúde pelos desafios de se reconhecerem dissidentes de gênero ou sexualidade. Importa pensar como esses marcadores compuseram a subjetividade dessas pessoas e impactam nos modos de produzir cuidado e nas relações de ensino na Atenção Básica.

Coordenador: Alexandre Costa Val – Docente - Universidade Federal de Ouro Preto



Debatedora: Adriana Barbosa Sales – Travesti. Secretária de Estado de Educação de Mato Grosso. Pesquisadora do grupo de pesquisa PsiCuQueer - Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia e Cultura Queer, UNESP/Assis; Colaboradora do Grupo de Estudos em Gênero, sexualidade e(m) interseccionalidades, GENI, na UERJ. Ativista da Antra- Associação Nacional de Travestis e Transexuais.

Convidados/as:

- A Lírio Resende – Mulher transexual. Psiquiatra da Rede Municipal de Saúde de São Paulo – Unidade – Egressa do curso de graduação na UFU e residência no HC-UFU.
- Nicole Geovana Carneiro. Mulher CisLésbica. Médica de Família e Comunidade, coordenadora da residência de MFC e professora do Departamento de Saúde Coletiva da FAMED-UFU.
- Karine Piancastelli Richard- mulher cis bissexual, Médica de família e comunidade em formação
- Wandson Alves Ribeiro Padilha – Homem Cis-Gay. Médico de Família e Comunidade atuando na Estratégia de Saúde da Família. Egresso do ProfSaude Fiocruz-PE

Fechamento

O que queremos para os próximos 10 anos?

Coordenador/a: Emerson Fernando Raserá - Docente - Universidade Federal de Uberlândia- PPSAF/ProfSaúde

Debatedora: Marcia Brasil dos Santos - Coordenadora Técnica Ambulatorial da Unidade de Atenção especializada do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

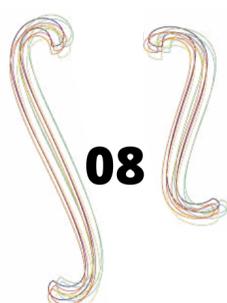
Convidados/as:

- Sofia Favero – Travesti. Psicóloga. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS). Representa o Conselho Regional de Psicologia (RS) no Comitê Técnico de Saúde LGBT do Rio Grande do Sul.
- Raul Capistrano – Raul Capistrano – Homem Trans. Bacharel e licenciado em Filosofia . Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação UFMG. Co-coordenador do TransEnem-BH. Representa o segmento dos homens trans do Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral LGBT de Minas Gerais.
- Jovanna Cardoso. Travesti - Pioneira do movimento trans, dirigente do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras. Autora do livro Bajubá Odara.
- Alexandre Peixe – Homem Trans. Pioneiro na articulação do movimento de homens trans no Brasil. Coordenador da região Sudeste do Instituto Brasileiro de Homens Trans (IBRAT). Foi integrante do Comitê Técnico de Saúde LGBT do Ministério da Saúde.

SESSÕES DE DEBATE DOS TRABALHOS

Coordenação da Mostra: Adriana Maria de Figueiredo - Universidade Federal de Ouro Preto

Ementa: Espaço reservado para apresentação e discussão das experiências, projetos de pesquisas e extensão com objetivo de implementar/avaliar a PNSI-LGBT.



Sessão 01: Cuidado de pessoas trans - Debatedora: Flavia do Bonsucesso Teixeira; relatora: Mariana Hasse

Sessão 02: Saúde Mental - Debatedora: Lúcio Costa Giroto; relatora: Jéssica Bruna Borges Pereira

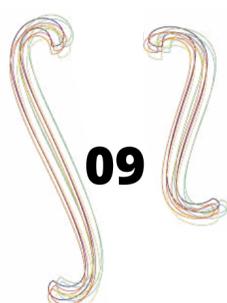
Sessão 03: Atenção Primária à Saúde - Debatedora: Andréia Aparecida de Miranda Ramos; relatora: Cláudia R. Ribeiro

Sessão 04: Educação em saúde - Debatedora: Alexandre Costa Val; relatora: Adriana Figueiredo

Além dessa programação, o simpósio contou com uma mostra de trabalhos na qual pesquisas e relatos de experiências sobre o tema foram apresentadas e debatidas. Os resumos dos trabalhos e relatos sobre os debates realizados, podem ser encontrados nesses anais.

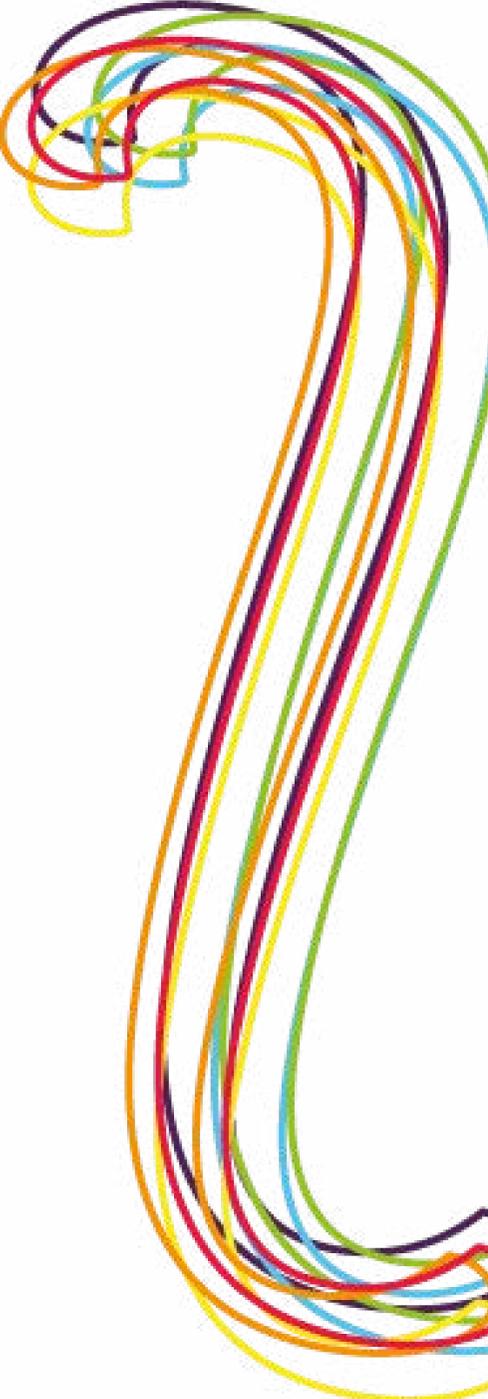
Compreendemos que esse evento não se esgotou em agosto de 2022. Ele abriu espaços e teceu fios na Rede de Serviços e Pesquisas. O rebatimento imediato das reflexões somou-se a outras iniciativas e fortaleceu a valorização da temática já no **13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, realizado em novembro de 2022.

Desse modo, agradecemos ao **PROFSAÚDE** pela oportunidade de privilegiar e destacar nossas inquietações e lutas ao apoiar a realização do evento.





**ATENÇÃO
PRIMÁRIA
À SAÚDE**



na
BASE_{do}
afeto

ACOLHIMENTO DAS DIFERENÇAS NAS PRÁTICAS EM SAÚDE: Educação em Saúde LGBTQIA+ baseada em processos dialogicos

Victor Araújo Fortuna Caus
Acadêmico da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
victor.caus@aluno.ufop.edu.br

Carlos Henrique Silva Ribeiro
Acadêmico da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
carlos.hsr@aluno.ufop.edu.br

Lucca Fagundes Ramos de Oliveira
Acadêmico da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
lucca.oliveira@aluno.ufop.edu.br

Alexandre Costa Val
Docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
alexandre.val@ufop.edu.br

Palavras-chave: Educação em saúde; LGBTQIA+; Profissionais de saúde.

INTRODUÇÃO

Há dez anos, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (PNSI-LGBT) sustenta a importância de ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, além do incentivo à produção de conhecimentos voltados para o cuidado desse público. O acesso aos serviços de saúde, no entanto, continua precário e marcado por uma série de barreiras. Entre elas, destaca-se o desconhecimento dos profissionais em relação às subjetividades e demandas específicas dessas pessoas, fato que corrobora a necessidade de investimento de estratégias de Educação em Saúde (ES) para melhorar o acesso e combater as iniquidades.

OBJETIVO

Relatar o processo de construção de uma cartilha a partir de ações locais de ES voltadas para profissionais da Atenção Primária de um pequeno município de Minas Gerais.

RELATO

Escolhemos quatro Unidades Básicas de Saúde e marcamos, de acordo com a disponibilidade dos profissionais, alguns encontros para conversarmos sobre o tema. Propusemos dinâmicas que criassem um ambiente seguro, dialógico e sem hierarquias de forma a permitir localizar os desafios, dificuldades e potencialidades no cuidado da população LGBT. Localizamos, nesse processo, alguns temas recorrentes que causavam dúvidas nos profissionais – como, por exemplo, a diferenciação entre sexo, gênero e orientação sexual e os marcos históricos em relação ao uso do nome social –, compondo um esboço inicial de cartilha. Após organizar e ilustrar o material, fizemos um outro encontro com os profissionais para apresentar, colher sugestões e estabelecer o formato final do documento. Após a impressão, ele foi distribuído por toda a rede de saúde municipal e tem sido utilizado por diversos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de confeccionar uma cartilha com tema complexo a partir de uma metodologia dialógica e participativa evidencia como esse tipo de estratégia é potente para incentivar exposição de opiniões, crenças e vivências de trabalhadores, desencadeando um debate crítico que possa, efetivamente, promover novas atitudes e formas de atuação. De fato, o retorno que tivemos de alguns profissionais e usuários indica que o engajamento e apropriação do tema é reflexo de uma construção democrática em que diferentes saberes e corpos estiveram implicados. Acreditamos que o envolvimento de outras UBS nesse tipo de atividade, assim como a articulação com outras iniciativas municipais, estaduais e federais sejam fundamentais para materialização efetiva dos princípios da PNSI-LGBT e para transformação de nossa realidade social.

REFERÊNCIAS

1. Val, Alexandre Costa et al. "Nunca Me Falaram sobre Isso!": o Ensino das Sexualidades na Perspectiva de Estudantes de uma Escola Federal de Medicina. Revista Brasileira de Educação Médica. 2019.
2. Val, Alexandre Costa et al. O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. Physis: Revista de Saúde Coletiva. 2022.



AUSÊNCIA DE DADOS SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NAS FICHAS DE CADASTRO INDIVIDUAL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: Relato de experiência

Cosme Rezende Laurindo
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES MG)
cosmelaurindo@outlook.com

Luis Guilherme Parreira Peluso
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
luisg21@hotmail.com.br

Ana Carolina Carvalho Reis
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
aninhacarol.accr@outlook.com

Elfy Mawugnon Deguenon
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
pascaledeguenon@gmail.com

Danielle Teles da Cruz
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
danitcruz@yahoo.com.br

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Pessoas LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

A Atenção Primária à Saúde (APS) é fundamental para o SUS e para a diminuição de iniquidades em saúde. Para garantir eficiência no planejamento das ações e repasse financeiro é necessário realizar o cadastro da população adscrita no sistema de informação desse nível de atenção, o e-SUS APS. Nessa esteira, a ficha de cadastro individual configura-se como uma ferramenta fundamental para o respeito das necessidades em saúde do território.

OBJETIVO

Relatar as reflexões oriundas de um projeto de extensão, no qual observamos a ausência de dados referentes à identidade de gênero e orientação sexual.

DESENVOLVIMENTO

O projeto de natureza interdisciplinar, acontece em um município da Zona Mata Mineira desde 2020 por meio de uma parceria entre a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Secretaria de Saúde. Tem por objetivo a alimentação adequada e qualificada do e-SUS APS a partir da análise e digitação das fichas de cadastro por acadêmicos da graduação de diferentes cursos da saúde e da pós-graduação em saúde coletiva. As atividades incluem momentos teóricos formativos sobre temáticas transversais ao projeto, capacitação para o uso do sistema, análise e digitação das fichas. Diante de inconsistências e incompletudes das fichas é estabelecida comunicação com o Agente Comunitário de Saúde (ACS) de referência para realização de ações educativas. Entre os dados omissos, destacam-se as informações sobre identidade de gênero e orientação sexual, ausentes em praticamente todas as 8.722 fichas do projeto.

DISCUSSÃO

A ausência de informação desses marcadores não pode ser analisada de forma descolada da lgtfobia estrutural e institucional e do entendimento desses como determinantes do processo saúde-adoecimento. Tal ausência contribui para a invisibilidade da população LGBTQUIA+, com prejuízos na organização, no planejamento e na execução das ações de atenção à saúde em conformidade com as reais necessidades dessa população. Incide ainda de forma negativa sobre a concretização dos princípios do SUS, reduzindo o potencial da APS como reordenadora do modelo de atenção à saúde, na promoção da saúde e na garantia dos direitos humanos. Cabe destacar ainda que essas informações são de natureza não obrigatória nas fichas, o que demonstra a pouca atenção que tem sido dispensada a elas pelos formuladores das políticas de saúde no país. Paralelamente, devem ser consideradas também a perspectiva conservadora e hetero-cisnormativa que incidem sobre a forma de ser e estar no mundo. Esses elementos podem ser apontados como propulsores da pouca relevância dada pelos ACS e outros profissionais de saúde no preenchimento dessas informações nas fichas e também na incorporação desses marcadores para a compreensão da saúde dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações oriundas desse projeto apontam para a necessidade de modificação dos processos de trabalho no âmbito da APS de forma a garantir a legitimidade e aplicabilidade da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a produção de indicadores para o planejamento em saúde, o reconhecimento e o acolhimento dessa população nos serviços de saúde de modo a propiciar o direito à saúde de forma universal, equânime e integral.



EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: Estratégia para construção do cuidado à população LGBTQIA+ na atenção básica

William Pereira Santos
Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF)
pereirasantoswilliam@gmail.com

Alcindo Antônio Ferla
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
ferlaalcindo@gmail.com

Palavras-chave: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT); Educação permanente em saúde; Atenção Básica; Linhas de cuidado.

INTRODUÇÃO

Educação permanente em saúde, no Sistema Único de Saúde (SUS), é uma política de desenvolvimento do trabalho e prática de aprendizagem, considerando a complexidade da produção da saúde nos territórios¹. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT), criada pela Portaria nº 2.836/2011, preconiza saúde integral da população LGBTQIA+, eliminando a discriminação, o preconceito institucional e injustiças, reforçando os princípios do SUS².

OBJETIVO

Identificar iniciativas de implementação da PNSI-LGBT na Atenção Básica.

METODOLOGIA

Ensaio teórico com levantamento de artigos nas bases: BVS, PUBMED e SciELO.

DESENVOLVIMENTO

A comunidade LGBTQIA+ agrega pessoas com identidades sexuais diversas, com histórias marcadas por lutas por justiça social. As necessidades de saúde das pessoas que a compõe exigem cuidados que não estão totalmente sob domínio de conhecimento dos trabalhadores da saúde. A educação permanente em saúde na Atenção Básica, principal porta de acesso dos usuários ao cuidado integral nas Redes de Atenção à Saúde^{3,4}, pode aperfeiçoar a atenção dispensada à população, além de desenvolver a capacidade de compreender as vulnerabilidades e estigmas sociais que colocam em risco de doenças, ampliar iniciativas de cuidado e inclusão nos serviços de saúde. É oportuno que as abordagens tenham abrangência interdisciplinar, articulando disciplinas e profissões para embasar iniciativas de cuidado integral.

CONCLUSÃO

A implementação da educação permanente na Atenção Básica do SUS pode ampliar o acesso e adesão à PNSI-LGBT, mobilizando trabalho vivo em ato, com interação entre trabalhador e usuários dos serviços, qualificando condições de saúde e a cultura. Pode contribuir para a inclusão e a organização de formas menos violentas e mais justas de lidar com as diversidades nos territórios. A isso se poderia denominar de linha de cuidados à população LGBTQIA+, com integralidade, descentralização e participação social nos territórios.

REFERÊNCIAS

1. Albuquerque MRTC de, Botelho NM, Rodrigues CCP. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. Rev Bras Med Fam Comunidade [Internet]. 8º de abril de 2019 [citado 9º de julho de 2022];14(41):1758. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1758>.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. - Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
4. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Centro de Ciências da Saúde. Curso de Especialização Multiprofissional na Atenção Básica - Modalidade a Distância. Processo de trabalho na atenção básica [recurso eletrônico]. 2. ed. - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.



**EDUCAÇÃO
&
EM SAÚDE**



na
BASE_{do}
afeto

ADERIR & PREVENIR: A lacuna diante do “tá difícil de engolir”.

Jeziel Silveira Silva¹
Universidade Federal de São João del-Rei
jezielsilveira@hotmail.com

Palavras-chave: HIV, Masculinidade, Profilaxias, Saúde da Mulher, Geografia.

INTRODUÇÃO

As práticas de infidelidade matrimonial possuem contornos que se desdobram principalmente por relações casuais e extraconjugais de homens heterossexuais cis com outros atores sociais. A presença dessa infidelidade em casas noturnas ou espaços de sociabilidade homoerótica onde o sexo é fácil de concretizar torna-se um espetáculo para que as alianças sejam arrancadas dos dedos e passem a ser colocadas em bolsos de calças ou guardadas em porta-luvas de seus carros omitindo assim seu estado civil e as relações monogâmicas em que participam. A partir disso, este sujeito utiliza os hormônios como desculpa para suas práticas e constrói “utopicamente” a partir dos seus privilégios hegemônicos, uma vida sexualmente ativa, paralela ao do matrimônio e por não serem incluídos nas políticas públicas referentes ao combate e prevenção do HIV tornam-se sujeitos a margem dessa esfera. A partir da minha via de acesso – a Geografia (com base na Geografia Cultural Renovada- 1980)- foi possível averiguar que algumas lacunas a respeito do tratamento e medidas de profilaxia ainda estão distantes no que diz respeito a alguns corpos, principalmente as mulheres cis heterossexuais.

OBJETIVO

O trabalho buscou levantar as questões que tangem a esfera do uso e adoção da Profilaxia Pré e Pós Exposição (PrEP\PEP) como métodos de prevenção que passou a ser disponibilizada, para todos, de forma gratuita pelo Ministério da Saúde, em 2017 e que negligência\excluí as mulheres cis heterossexuais desse contexto.

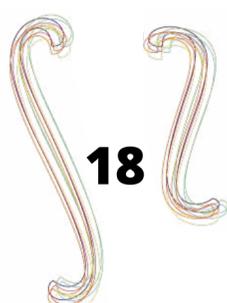
MÉTODO

Para este trabalho, recorro à pesquisa qualitativa com enfoque na análise documental, onde foi possível a partir de levantamento de dados disponíveis em Boletins Anuais & Cartilhas emitidos pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e pelo Ministério da Saúde por meio do Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis, elencando como recorte temporal os anos de 2017 até 2021.

RESULTADOS

A PrEP\PEP são categorias de prevenção profundamente propensa, aconselhada e indicada para determinadas ocorrências (inclusive o *Stealth* – prática contemporânea que tem como pilar a adulteração da camisinha). Ao mesmo tempo, em que determinados grupos são apontados como vulneráveis a infecção, isso condiciona para criação de outro espectro que faz com que os demais atores sociais que não se inserem ou se enquadrem nessa lógica e passem a ser vistos como intactos ou protegidos. Logo, determinados grupos que compõem a esfera

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei.



utópica de centro contra periferia na globalidade da sexualidade continuam a se apresentar e a compor cenários de que ficam “ilesos”, «inatingíveis» distantes do contágio, contato e incidência do vírus como o caso de homens e mulheres cis e heterossexuais.

CONCLUSÃO

Apesar da sua universalização, das mudanças do perfil demográfico, geográfico, político e social, a transparência é singular sobre a PrEP\PEP: permanece difícil de engolir! Desta forma, as mulheres cis por não serem priorizadas pelas políticas de prevenção ao HIV são impedidas de iniciarem os tratamentos e recebam seus diagnósticos em um tempo cabível, inclusive para aquelas que desconhecem as “puladas de cerca” de seus maridos moralistas e conservadores. Além disso, observou-se na pesquisa conforme o Boletim divulgado pelo UNAIDS (2022) 20,2 milhões de meninas e mulheres vivem com o HIV, constituindo mais de 50% dos 37,7 milhões de pessoas que vivem com o HIV. A importância de incluir as meninas\mulheres no que diz respeito à “populações chaves” abarcam inúmeras questões, inclusive as esferas de Educação em Saúde, Saúde da Mulher e Acessibilidade Feminina aos tratamentos. É um direito de todxs!

PROMOÇÃO DE CURSO SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: Relato de experiência

Lara Beatriz de Sousa Araújo
Universidade Federal do Piauí
larabeatriz@ufpi.edu.br

Paulo Victor de Sousa Ribeiro
Universidade Federal do Piauí
paulovsousa@ufpi.edu.br

Lucas da Silva Costa
Universidade Federal do Piauí
lucassc@ufpi.edu.br

Lívia Karen Barbosa de Brito
Universidade Federal do Piauí
liviakarenbrito@ufpi.edu.br

Júlia Rodrigues Holanda
Universidade Federal do Piauí
juliaholanda@hotmail.com

Alana Beatriz Souza Castelo Branco
Universidade Federal do Piauí
alanacbranco379@gmail.com

Isla Marília Rocha Sousa Caldas
Universidade Federal do Piauí
islamrsc@ufpi.edu.br

Giovanna de Oliveira Libório Dourado
Universidade Federal do Piauí
giovannaliborio@ufpi.edu.br

Palavras-chave: Minorias sexuais e de gênero; Saúde; LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

A população LGBTQIA+ encontra-se em situação de vulnerabilidade quanto à saúde, apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) ser universal, integral e equitativo. As situações de agressão na qual são expostos diariamente, inclusive nas instituições de saúde, mostram a necessidade de modificação nas práticas de cuidado, para que seja assegurado um atendimento ético e isento de discriminações. Nesse viés, práticas de promoção da educação à saúde da população LGBTQIA+ são importantes estratégias que contribuem de forma substancial para a melhoria da qualidade no acesso aos serviços de saúde.

OBJETIVO

Expor a vivência de graduandos em enfermagem na promoção de um curso, tendo como temática a saúde da população LGBTQIA+.

DESENVOLVIMENTO

O curso intitulado “Conceitos essenciais para o cuidado à população LGBTQIA+” foi realizado de 17 de março à 7 de abril de 2022, sendo desenvolvido por acadêmicos de enfermagem, diretores da Liga Acadêmica de Saúde da População LGBTQIA+ (LASLGBTQIA+) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) com o intuito de oferecer subsídios para um atendimento qualificado e inclusivo à população LGBTQIA+, conhecimentos sobre pautas dos Direitos Humanos e demais informações acerca da temática, sendo este voltado ao público em geral, especialmente estudantes, docentes e profissionais da saúde, com inscrições

gratuitas, bem como aulas síncronas (via Google Meet), com rodas de conversa e interação com os participantes, atividades assíncronas disponibilizadas no Youtube, além da criação de materiais por parte dos participantes (através do Padlet), abordando o que foi compreendido. O curso contou com temáticas como: conceitos de gênero e sexualidade com visão psicanalítica; saúde e transição de gênero; inclusão e visibilidade nos espaços de saúde e acadêmicos; comunicação não violenta, assim como relatos de pessoas que vivenciam estas realidades.

DISCUSSÃO:

A princípio, foi um desafio, uma vez que a liga foi criada recentemente e se trata do primeiro curso realizado pela mesma. No entanto, os profissionais que contribuíram compartilhando conhecimentos e vivências proporcionaram muito aprendizado e muitos debates enriquecedores, na qual as pautas sociais relacionadas com a temática central foram levantadas para o público com a finalidade de prover uma rica discussão. O curso foi muito bem avaliado e representou um momento de suma importância para abordar conceitos de gênero, sexualidade e saúde LGBTQIA+ para estudantes e profissionais da área da saúde, bem como a população em geral, sendo uma importante vivência a todos os inscritos. Dessa forma, tanto os estudantes quanto os profissionais conheceram os desafios diários da população LGBTQIA+ nas esferas da vida e da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência evidenciou a importância de realizar o curso e possibilitou a troca de vivências e diferentes perspectivas entre pessoas LGBTQIA+ e também pessoas não pertencentes à comunidade, além de promover a propagação de conhecimento científico e compartilhamento de informações relevantes à saúde da população LGBTQIA+. Portanto, não restam dúvidas de que o acesso aos serviços e cuidados em saúde para a comunidade tem um longo caminho pela frente, levando em consideração as barreiras sociais e políticas enraizadas na sociedade, mas que iniciativas como essa podem ajudar a mitigar tais problemáticas.

REFERÊNCIAS

1. BARCHIN, V. F., *et al.* Percepção de alunos de graduação da área da saúde acerca da abordagem sobre a saúde de LGBTI+. **Mundo da Saúde**, v. 45, p. 175-186, 2021.
2. CARVALHO, S. M. O., *et al.* Assistência prestada em serviços de saúde à população LGBTQIA+. **Rev Enf Atual**, v. 94, n. 32, 2020.
3. SANTOS, J. S.; SILVA, R. N.; FERREIRA, M. A. Saúde da População LGBT+ na Atenção Primária à Saúde e a Inserção da Enfermagem. **Esc Anna Nery**, v. 23, n. 4, 2019.

SAÚDE LGBTQIA+ NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A experiência da UFOP

Natália de Souza Lisboa
Docente/UFOP
natalialisboa@ufop.edu.br

Joseane Mendes Teixeira
Mestra/UFOP
joseane@ufop.edu.br

Leandro Andrade Henriques
Mestrando/UFOP
leandro.henriques@ufop.edu.br

Palavras-chave: Saúde/Diversidade/Universidade

INTRODUÇÃO

A Universidade pública brasileira passou nas últimas décadas por um processo de expansão, principalmente, a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI, 2007), cujo objetivo foi ampliar o acesso e permanência dos estudantes brasileiros na educação superior. Além disso, a promulgação da Lei 12.711, conhecida como Lei de Cotas (BRASIL, 2012), e os investimentos em Assistência Estudantil, em especial aqueles advindos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) permitiram que estudantes de diferentes contextos e realidades do nosso país pudessem adentrar ao ambiente universitário. Em meio a esse cenário, novos sujeitos se fizeram presentes no Ensino Superior. A presença desse público e suas demandas específicas, por sua vez, exigiu um novo posicionamento das instituições de ensino superior, destacando novas frentes de trabalhos alinhadas às Políticas Afirmativas, voltadas à inclusão e diversidade, como importantes iniciativas de permanência.

OBJETIVO

Apresentar ações desenvolvidas com recursos do PNAES, no âmbito do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e que estão alinhadas aos princípios descritos na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) (BRASIL, 2013).

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O PIDIC/UFOP se apresenta como iniciativa alinhada ao compromisso de apoiar e estimular projetos que tratam sobre as questões relativas às Políticas Afirmativas: raça, gênero, sexualidades e inclusão. Efetivado institucionalmente a partir da Resolução CUNI 1.967 (UFOP, 2018), é possível observar que, nos últimos cinco anos, por meio de seus editais, dezoito projetos¹, propostos por discentes e técnicos administrativos da instituição, promoveram e/ou promovem, enquanto prioridade, ações e reflexões relacionadas à gênero e sexualidades no sentido de reduzir estigma social, isto é, impactando na promoção de um ambiente menos vulnerável para a população de mulheres e LGBTQIA+. Destacam-se entre os objetivos dos projetos: promover diálogo e reflexões sobre temáticas

¹ Informações sobre o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC/UFOP) podem ser acessadas em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/incentivo-diversidade-e-convivencia-pidic>

relacionadas à gênero e sexualidades, no sentido de conscientização sobre direitos da população LGBT; atuação institucional, fortalecendo fluxos com foco na garantia de tais direitos pela população LGBT. Estes objetivos estão alinhados ao objetivo geral da Política Nacional de Saúde Integral LGBT que é o de “promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo” (BRASIL, 2013, p.18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tais dados e considerando as iniciativas desenvolvidas no âmbito de um programa vinculado a uma instituição de ensino superior pública, percebe-se que é possível fomentar ações diversificadas e com objetivos que garantam saúde à população LGBTQIA+, alinhadas à Política Nacional de Saúde Integral. Tal posicionamento se mostra fundamental e mostra o quanto as instituições de ensino superior como espaços públicos podem promover saúde “entendida como uma construção histórica, social e cultural, que não se restringe a um marco biologizante” (MELLO, et all, 2011, p.11), isto é, a simples ausência de doença.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL, Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Diário Oficial da União. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 23 de junho de 2022.
2. BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 23 de junho de 2022.
BRASIL. Lei No 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 23 de junho de 2022.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.
4. MELLO, Luiz et al. **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade**. Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro) [online]. 2011, n. 9 [Acessado 22 Junho 2022] , pp. 7-28.
5. UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Resolução CUNI nº 1.967. Regulamenta o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência – PIDIC**. Disponível em <https://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1967.pdf>. Acesso em 22 de junho 2022



**PROMOÇÃO
DO CUIDADO**

na
BASE_{do}
afeto

PROJETO IDENTIDADE: Um avanço em direção a atenção integral da população trans no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe)

Eloisa da Silva Xavier
Residente de Serviço Social
Estudante de Pós-Graduação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto. UERJ/HUPE
eloisaxavier03@gmail.com

Clara Azevedo de Araújo
Residente de Serviço Social
Estudante de Pós-Graduação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto. UERJ/HUPE
clarazvdo14@gmail.com

Lucas da Costa Brandão
Residente de Serviço Social
Estudante de Pós-Graduação
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto. UERJ/HUPE
brandao_lcs@hotmail.com

Marcia Cristina Brasil Santos
Assistente Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Hospital Universitário Pedro Ernesto. UERJ/HUPE
mcristinabrasil@hotmail.com

Palavras-chave: Serviço Social; Saúde Integral; População Trans; Processo Transexualizador

Este relato de experiência é uma síntese das vivências enquanto assistentes sociais residentes no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) junto às demais equipes multiprofissionais que compõem o Projeto Identidade. Tal projeto é conduzido pela equipe de Endocrinologia do hospital e tem como proposta o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar voltado para a assistência exclusivamente ambulatorial às pessoas trans atendidas no HUPE/UERJ.

OBJETIVOS

Refletir sobre a implementação de uma experiência inovadora de trabalho coletivo na saúde voltado para o atendimento das pessoas trans fundamentado na integralidade do cuidado.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto identidade, inaugurado em maio de 2022, a partir de uma iniciativa da equipe de Endocrinologia do HUPE, passa a integrar os atendimentos vinculados ao Processo Transexualizador, que já acontecem no HUPE/UERJ desde 2003, antes da institucionalização dessa assistência no SUS em 2008 e tem como proposta a viabilização do acompanhamento à população trans, em especial no que diz respeito ao processo de hormonização. O Serviço Social compõe, junto com outros profissionais – dentre os quais psicólogos, endocrinologistas, psiquiatras, ginecologista, urologista, enfermagem, fonoaudiologia - a equipe técnica do Projeto Identidade. A partir desse trabalho busca-se garantir o atendimento integral à saúde da população trans que acessa o serviço. Ressalta-se a importância da iniciativa do Projeto tendo em vista que muitos usuários ficam anos sem acessar determinadas especialidades, que, em alguns casos, tem correlação com a transição de gênero, como a exemplo de especialidades da ginecologia, urologia, oncologia etc. Esse é um determinante que tem se

materializado durante alguns acolhimentos e atendimentos, visto que tal realidade pode potencializar os agravos em saúde da população T pelo não acompanhamento em saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber, de modo inicial, que o Projeto Identidade se configura como uma iniciativa que busca avançar na garantia do atendimento integral à população trans, bem como apresenta a real possibilidade de materializar o trabalho coletivo na saúde a partir de uma perspectiva interdisciplinar que busque romper com a fragmentação assistencial típica do modelo biomédico. Por ser um projeto em implementação, apresenta-se como um limite, neste momento, à sua efetivação e ampliação o atual momento político que vivenciamos em nosso país, que é representado pelo sucateamento e desfinanciamento do SUS e de retrocesso aos avanços conquistados pelo movimento LGBTQIA+ no contexto conservador que tem ganhado espaço no Brasil. Em contraponto, apresenta-se como possibilidade a efetivação de um serviço de atendimento integral à população trans no âmbito do Hospital Universitário Pedro Ernesto, possibilitando que os usuários atendidos na unidade tenham como referência de acolhimento uma equipe multiprofissional especializada, gerando assim o acompanhamento de homens e mulheres trans, diminuindo o índice de não continuidade dos cuidados de saúde dessa população, tendo em vista os episódios de transfobia institucional o qual são submetidos e atravessa a permanência desses usuários nos espaços do SUS.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília. 2013 (atualizada). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf> Acesso em: 08 de jul 2022.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 08 de jul 2022.

“EU VIM BUSCAR ESSA LIBERDADE DE SER QUEM EU QUERIA SER”: Desejos, contradições e ambiguidades na construção das masculinidades trans.

Cláudia Regina Ribeiro
Professora do Programa de Mestrado Profissional em Saúde da Família- PROFSAÚDE
Instituto de Saúde Coletiva
Universidade Federal Fluminense-UFF
claudiaribeiro@id.uff.br

Andrea Felizardo Ahmad
Mestra em Enfermagem pelo PPGENF
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro -UNIRIO
andreafelizardo.enfermeira@gmail.com

Beatriz Selles Dantas
Mestra em Saúde da Família pelo PROFSAUDE
Instituto de Saúde Coletiva
Universidade Federal Fluminense -UFF
biaselles@gmail.com

Adriana Lemos
Professora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – PPGENF
Escola de Enfermagem Alfredo Pinto
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
adrianalemos@unirio.br

Palavras-chave: gênero, saúde trans; homens trans; processo transexualizador

Resumo

Tomando como premissa a consideração de que as experiências trans são únicas, não cabendo em fórmulas universalistas, trazemos para a discussão as expectativas, desejos, certezas, ambiguidades e contradições presentes nas falas de 28 homens transexuais sobre as suas masculinidades e a reconstrução dos seus corpos através da hormonização cruzada. Esses homens tinham idade entre 18 e 53 anos e eram usuários de um ambulatório do Processo Transexualizador de um dos municípios da região metropolitana II, no Rio de Janeiro, inaugurado em novembro de 2018, campo dessa pesquisa.

Nessa pesquisa qualitativa, utilizamos para a construção dos dados a entrevista semiestruturada e a observação participante realizadas entre os meses de novembro de 2019 e janeiro de 2020. A Análise de Conteúdo orientou a análise das falas, das quais emergiram as categorias que foram discutidas à luz dos conceitos acima citados.

A hormonização cruzada consiste na administração de fármacos à base de testosterona (para homens trans) e estrogênio (para mulheres transexuais e travestis), objetivando inibir alguns caracteres secundários e desenvolver outros, possibilitando a construção de um corpo mais coerente e com o gênero com o qual se identificam. É chamada de cruzada porque esses hormônios estão disponíveis em ambos os corpos, porém um em menor quantidade que o outro. As discussões apoiaram-se mais fortemente nos conceitos de gênero, transexualidade, masculinidades, mas buscamos também referências nos estudos sobre raça/etnia em suas articulações com a saúde. Os dados revelaram desejos, contradições e ambiguidades no que diz respeito à construção da masculinidade e à (re)construção de corpos mais adequados a esta; evidenciaram o desejo pelo padrão corporal de masculinidade que seria conquistado através da hormonização e de cirurgias, e a cor negra surgiu como um importante marcador de desigualdade.

Mais especificamente, quando perguntamos quais eram suas expectativas com relação ao uso dos hormônios, a maioria respondeu buscar a construção de uma corporeidade masculina canônica, a harmonização entre o homem que são e o que a sociedade elegeu e eles aprenderam a valorizar. Um corpo que mantém uma relação adequada com o gênero, não se tratando de uma fuga com relação às suas normas, mas um encontro com elas e sua ratificação. Evidenciou-se que a voz fina e as mamas são extremamente inconvenientes por serem as marcas mais evidentes de um gênero com o qual não se identificavam e apostavam na harmonização cruzada para a sua redução.

No entanto, também emergiram reflexões de negação do padrão patriarcal de masculinidade no que diz respeito a certos comportamentos e performances e o investimento em uma masculinidade própria e única.

Concluimos que o desejo por essas conquistas os faz tolerar os efeitos colaterais físico e sociais que a harmonização costuma trazer, como acne, gordura abdominal, calvície e irritabilidade, além das consequências intangíveis, como o aumento da probabilidade de sofrerem racismo e da violência física. E que mesmo refutando muitos traços do modelo de masculinidade, esses homens desejam adentrar esse mundo e confundir-se na multidão como homens, vivenciando assim uma masculinidade mais plena.

SAÚDE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS Perspectiva De Uma Trans Universitária

Marco Antônio Torres
Docente/UFOP
marcoatorres@ufop.edu.br

Thaynara Martins da Costa Menezes
Graduanda/UFOP
thaynara.menezes@aluna.ufop.edu.br

Leandro Andrade Henriques
Mestrando/UFOP
leandro.henriques@ufop.edu.br

Palavras-chave: Saúde/Diversidade/Transexualidade

INTRODUÇÃO

Com intuito de compreender as experiências de permanência de estudantes trans na Universidade Federal de Ouro Preto, realizei entrevistas utilizando como método de investigação científica a entrevista narrativa. Dessa forma, a partir de uma pergunta gerativa direcionada ao compartilhamento de experiências relacionadas às suas vivências enquanto universitária, uma estudante trans apresentou questões relacionadas à sua saúde e as dificuldades de acesso à rede de saúde de Mariana, município do interior de Minas Gerais.

OBJETIVO

Apresentar, a partir da narrativa de uma estudante trans sobre suas experiências de permanência na Universidade Federal de Ouro Preto, as vivências que se relacionam ao acesso aos serviços públicos de saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

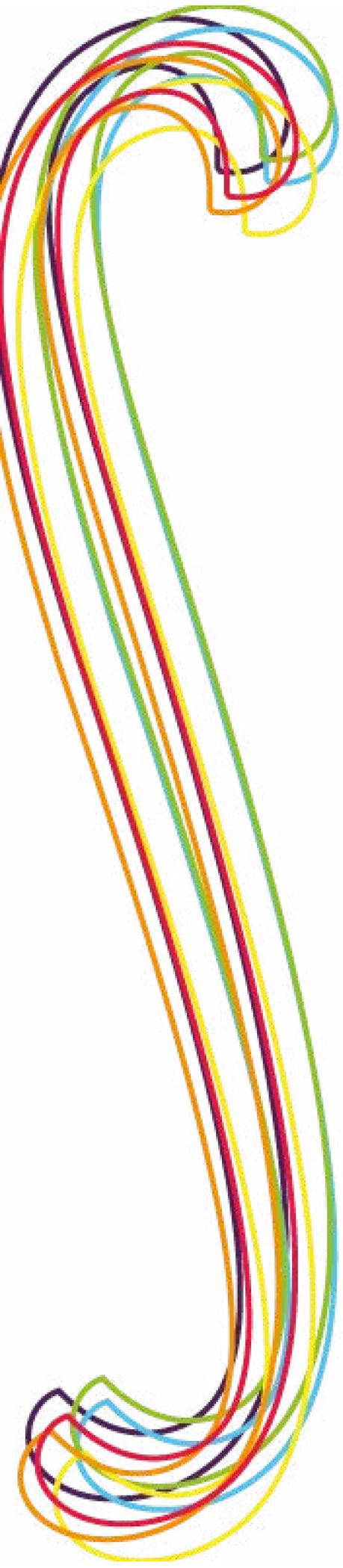
Apesar do objetivo geral da pesquisa de Mestrado em Educação ser de compreender as experiências de permanência de pessoas trans na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a discente Thaynara revelou questões relacionadas tanto a sua saúde como em relação ao acesso aos serviços de saúde do município. O desrespeito ao não uso do nome social por alguns profissionais da saúde e a extrema dificuldade em ter acesso a serviços específicos e direcionados a vivência de sua identidade de gênero (processo transexualizador, como uso de hormônios) e a falta de outros profissionais (como Urologistas) capacitados a atender travestis e transexuais foram os mais notáveis. Tais dificuldades, por sua vez, se tornam mais evidentes em virtude da ausência de apoio familiar. Dessa forma, para ter garantida sua assistência em saúde (acompanhamento médico especializado), ela, enquanto mulher trans e travesti, precisa se deslocar para Belo Horizonte (capital do estado) ou recorrer a especialistas fora do Estado onde reside, como no caso de Urologista especializado que se localiza na cidade do Rio de Janeiro. Tal deslocamento é feito mensalmente e implica em negociações tanto com os professores da universidade, como com seu chefe no local em que trabalha, no sentido de garantir sua condição de estudante trabalhadora. Assim, a necessidade de expor por onde transita surge como condição compulsória para evitar perder direitos. Percebe-se, dessa forma, que a possibilidade de viver de forma plena sua identidade de gênero, faz com que ela vivencie experiências permeadas de ansiedade e angústia e que, muitas vezes, acabam por repercutir na sua saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões trazidas por Thaynara nesse relato de experiência, mostram que “travestis e transexuais se deparam com um sistema de saúde restritivo, que não atende as especificidades de suas demandas e que também reproduz os preconceitos e discriminações sociais de diferentes formas” (PRADO, et al. 2017, p.63). Alinhada a tais vivências, o fato de ser uma mulher trans universitária, revela outras questões circunscritas à vida acadêmica. A necessidade de se explicar e fazer acordos para ver atendida as suas necessidades de saúde, nos leva a questionar quais políticas institucionais deveriam ser criadas pela universidade para garantir menos sofrimento para as pessoas trans que fazem parte de tais instituições de ensino.

REFERÊNCIA

1. PRADO, et al. Travestilidades, Transexualidades e Saúde: acessos, restrições e vulnerabilizações do cuidado integral. Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: perspectivas multidisciplinares. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.



SAÚDE MENTAL



CUIDADO LGBTI+ E SAÚDE MENTAL: Perspectivas iniciais da implantação da frente para ativação de rede

Otávio Menani Ercole
Residência Multiprofissional em Saúde Mental de Apucarana-PR
o_m.e@hotmail.com

Débora Cristina Geraldo de Souza
Residência Multiprofissional em Saúde Mental de Apucarana-PR
debcgs@hotmail.com

Marina Lolis Silva
Residência Multiprofissional em Saúde Mental de Apucarana-PR
maalolis13@gmail.com

Alex Julio Barbosa
Residência Multiprofissional em Saúde Mental de Apucarana-PR
alexjulio88@gmail.com

Dayene Patrícia Gatto Altoé
Residência Multiprofissional em Saúde Mental de Apucarana-PR/Gephe (UEM)
dayagatto@hotmail.com

Jackeline Lourenço Aristides
Residência Multiprofissional em Saúde Mental de Apucarana-PR
jackeline.aristides@outlook.com

Palavras-chave: Saúde Mental. Sexualidade. Equipe Multiprofissional.

INTRODUÇÃO

Dada a cultura heterocisnormativa branca na sociedade capitalista em que vivemos, somado com o Brasil liderando o *ranking* de pessoas trans assassinadas no mundo e pelo atravessamento da crise sanitária atual, destaca-se, na atualidade, a baixa qualidade e perspectiva de vida da população LGBTI+ por seus determinantes sociais. Ao observar como tal realidade interfere no atendimento a comunidade e a falta de preparo dos profissionais de saúde a estarem habilitados a lidar com as especificidades da população, foi implantada em 2022 pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental (SM) a Frente de Ativação de Rede para a Atenção e Cuidado da População LGBTI+ (Frente) no município de Apucarana. A Frente desenvolve ações voltadas à atenção, à qualificação e ao cuidado em SM desta comunidade.

OBJETIVO

Apresentar as perspectivas iniciais da implantação da Frente através da perspectiva de ativação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do município de Apucarana.

MÉTODO

Relatar estratégias iniciais realizadas de educação permanente e continuada através de rodas de conversa com profissionais para conscientização sobre temáticas relacionadas à sexualidade e articulação intra/intersectoriais.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

A partir do levantamento de demandas da comunidade LGBTI+ que foram



apresentadas por representantes do movimento social organizado, somadas às expectativas da Divisão de Saúde Mental e Estratégia da Saúde da Família (ESF), foram iniciadas as rodas de conversa para instrumentalização de equipes de ESF. Partindo das necessidades e demandas dos profissionais de cada Unidade Básica de Saúde (UBS), foram elaboradas discussões sobre a temática e pontuados assuntos como: conceitos básicos; acesso ao serviço de saúde; uso do nome social; processo transsexualizador; leis e direitos; como lidar com conflitos familiares; quais ações podemos oferecer; entre outros. Dado os limites religiosos baseados em uma cultura cristã que é predominante no território nacional, a adesão dos profissionais nas ações propostas tem se apresentado como obstáculo ao desenvolvimento do segmento dos debates, assim como estigmas, falas preconceituosas e indiferença sobre os assuntos abordados. Em contrapartida, encontrou-se profissionais participativos, propositivos e interessados na temática. Com a repercussão das ações desenvolvidas, a Frente vem sendo solicitada para desenvolver projetos com serviços da rede intersectorial, para além das instituições de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que este é um relato parcial da implantação da Frente, tendo como pretensão a continuidade das ações e do cuidado da comunidade LGBTI+, tem-se como resultado esperado a sensibilização dos profissionais para a temática, visando combater e prevenir preconceito, discriminação, violência e exclusão dos usuários aos serviços da RAPS.

REFERÊNCIAS

1. BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE). São Paulo, 2021.

2. **DIAGNÓSTICO LGBT+ NA PANDEMIA 2021**. Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de continuidade do isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. Junho de 2021. Realização #VOTELGBT e BOX1824. Acesso em: 08 de julho de 2022. Disponível em: <<https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/60db6a3e00bb0444cdf6e8b4/1624992334484/%5Bvote%2Blgbt%2B%2B%2Bbox1824%5D%2Bdiagno%CC%81stico%2BLGBT%2B2021+b+%281%29.pdf>>

ENSINO SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA A POPULAÇÃO LGBTQIA+ NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Marina Abreu Dias
Residente em Saúde Coletiva na FAMED da Universidade Federal de Uberlândia
marina.abreu.m@gmail.com

Mariana Hasse
Professora do PPGSAF-PROFSAÚDE da FAMED da Universidade Federal de Uberlândia
mhasse@ufu.br

Palavras-chave: população LGBTQIA+, projeto político pedagógico, psicologia, violência.

INTRODUÇÃO

A violência é um problema social e de saúde que tem consequências físicas, psicológicas e sociais para quem é acometido. Uma das populações que mais sofrem com a violência é a LGBTQIA+. O código de ética da Psicologia e as diretrizes curriculares do curso preveem que o profissional contribua com a eliminação da violência, discriminação e opressão contra qualquer pessoa. Por isso, é indispensável que as universidades formem profissionais que estejam atentos à problemática da violência, saibam acolher, cuidar e acionar os serviços da rede intersetorial.

OBJETIVO

Investigar como a temática da violência contra a população LGBTQIA + está prevista nos projetos políticos pedagógicos dos cursos de graduação em Psicologia das instituições de ensino superior federais do Brasil.

MÉTODO

Estudo transversal descritivo, feito a partir da análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Psicologia das instituições federais listadas no Cadastro Nacional de Curso e Instituições de Educação Superior, disponível no e-MEC. Buscou-se os descritores “violência”; “LGBTfobia”, “homofobia”, “transfobia”, “opressão”, “humilhação”, nos documentos. Os dados foram revisados e analisados a partir da análise de conteúdo temática. Pelos documentos serem de domínio público, a pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÕES

Foram analisados os PPP de 45 cursos de Psicologia - bacharelado e licenciatura -, publicados entre 2011 e 2019. Dos PPP analisados, apenas cinco apresentaram algum dos descritores pesquisados. Eles estão localizados em bibliografias complementares e básica de componentes curriculares relacionados ao campo da psicologia da saúde e social. Aparecem também na descrição de projetos de extensão, núcleos e grupos de pesquisa, espaços eletivos e procurados, especialmente, por estudantes já sensíveis ao tema. Os descritores de opressão e *humilhação*, quando presentes nos PPP, não estão diretamente relacionados à violência contra a população LGBTQIA+.

CONCLUSÃO

Mesmo com previsões éticas e normativas, os PPP das graduações em Psicologia das IES federais não estão preparadas para a abordagem do problema da violência contra a população LGBTQIA+.



A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E O ATENDIMENTO À POPULAÇÃO LGBTQIA+ EM UM SERVIÇO-ESCOLA

Flávio Alves da Silva
Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)
flaviosilva@umc.br

Palavras-chave: Psicologia; Psicoterapia Afirmativa; Ensino; Diversidade; População LGBTI

INTRODUÇÃO

As temáticas relacionadas à vivência da sexualidade são tabus nas formações em Psicologia e muitas das vezes são pautadas a partir de uma perspectiva biológica que desconsidera contextos, histórias e trajetórias, e dificulta o atendimento em saúde para este segmento.

OBJETIVO

Este trabalho é um relato de experiência, cujo objetivo é discutir as atividades de um Serviço-Escola de Psicologia e os serviços prestados à população LGBTQIA+, prioritariamente o segmento trans, a partir do atendimento psicossocial voltado especificamente para esta população.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O Serviço sempre atuou de portas abertas, porém, identificava-se o despreparo dos profissionais e estagiários do espaço e a baixa frequência de pessoas LGBTQIA+ no espaço. Assim, foi apresentada a demanda pelo movimento LGBTQIA+ da cidade, que, apontava um conjunto de iniquidades em saúde que afetam esta população, como a desassistência, o desrespeito ao nome social ou identidade, a falta de cuidado e conhecimento que geram situações constrangedoras e discriminatórias e que impedia ou dificultava o uso de serviços e a presença em espaços de saúde. A oferta do atendimento foi planejada junto com o movimento LGBTQIA+ do município, a partir de encontros que permitiram a troca de experiências de expectativas e informações, a identificação de necessidades e de limites que o trabalho poderia encontrar. Tal passo foi fundamental para que o trabalho que seria desenvolvido tivesse suporte político e se tornasse referência entre pessoas LGBTQIA+ da região. Na universidade, realizou-se discussões técnicas com os estudantes sobre o atendimento à população LGBTQIA+ e suas especificidades, além da realização de sensibilização com os trabalhadores do campus que atuariam no atendimento. Notou-se que mesmo que haja um conjunto de normas, teorizações e orientações sobre o atendimento às identidades e orientações sexuais, há pouca sistematização sobre práticas voltadas para este grupo populacional. No trabalho estabeleceu-se as premissas éticas do serviço a ser prestado: a) a despatologização de identidades e orientações; b) a perspectiva antimanicomial; c) perspectiva afirmativa; e d) a clínica ampliada como norte técnico. Atualmente são atendidas 23 pessoas no serviço, a demanda inicial era a busca por laudos e documentos psicológicos, porém, na medida em que o trabalho se desenvolveu a trajetória de vida dos usuários se tornou o centro do trabalho, a construção de uma relação terapêutica horizontalizada permitiu abrir escuta para as dores, amores, desejos, sonhos, perceber o sentido que os usuários davam as discriminações e preconceitos, rupturas e fragilidades dos laços familiares, solidão, como construíram e reconstruíram suas identidades em contextos hostis, como se apropriaram do mundo. Além disso, a universidade, por sua característica regional e localização,

passou a ser referência de atendimento à população LGBTQIA+, passando a receber demandas encaminhadas por serviços da capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atender a população LGBTQIA+ convoca as graduações em Psicologia – e da Saúde – a reconstruir seus currículos e abordar temas costumeiramente apagados e proporcionar experiências junto à população LGBTQIA+. As universidades, têm o desafio de enfrentar preconceitos, discriminações, limites da formação profissional que impedem o acesso da população LGBTQIA+ aos serviços de saúde.

O CUIDADO EM SAÚDE MENTAL ONLINE DE PESSOAS LGBTQIA+: Um relato de experiência na residência multiprofissional

Miriane Menezes Lovisi
Residente em Saúde Coletiva na FAMED da Universidade Federal de Uberlândia
lovisimiriane@gmail.com

Palavras-chave: LGBT. Afeto. Sexualidade. Discriminação. Saúde Mental.

INTRODUÇÃO

Este relato de experiência parte da vivência da autora em um campo de atuação da Residência Multiprofissional em Saúde Mental do Programa de Residência em Área Profissional da Saúde na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia (PRAPS/FAMED/UFU) entre março de 2020 e fevereiro de 2022. Durante todo esse período realizando atendimentos de apoio em Saúde Mental de forma online, na modalidade de Plantão Psicológico e de Acompanhamento Terapêutico Breve no Projeto Proteger-se, a pesquisadora pode perceber uma grande demanda pelo serviço por parte de pessoas não-binárias, intersexo, bi, homo e transexuais, cada qual com suas individualidades, singularidades e subjetividades atravessadas pelas pautas do gênero e da sexualidade. Concordamos com Serrão (2022) quando afirma que a heterocisnormatividade e o cisheterossexismo, violentam cotidianamente a saúde física e mental da minoria LGBT. Isso ocorre a partir do preconceito explícito ou implícito contra a diversidade sexual e de gênero que vem a reforçar a inferiorização de sujeitos e grupos puramente por serem quem são.

OBJETIVO

Dessa forma, temos o objetivo de promover reflexões acerca do cuidado em saúde mental de pessoas da comunidade LGBTQIA+ a partir do atendimento de diferentes sujeitos, de forma uni e multiprofissionais, individual e familiar.

DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

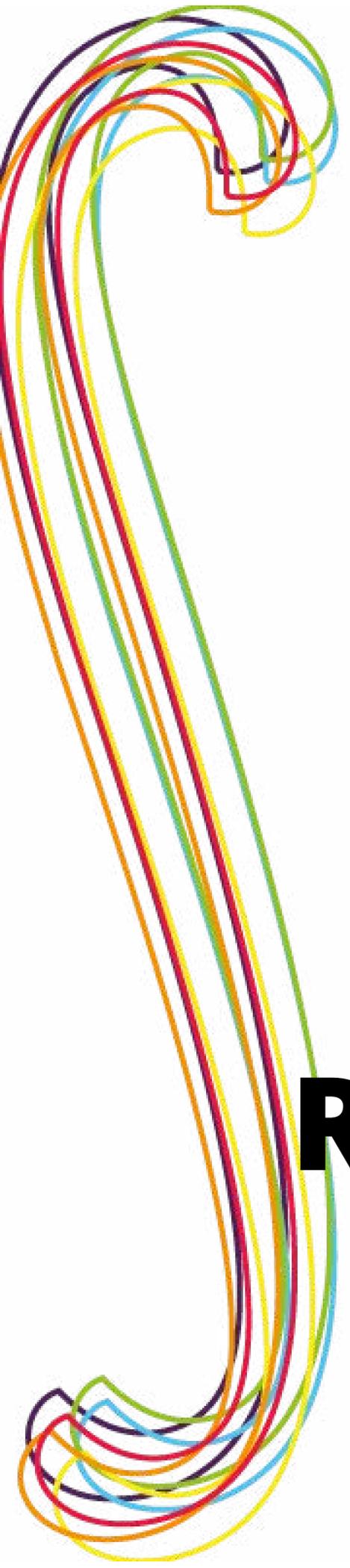
Dentre os temas evidenciados nos atendimentos, sobressaem-se algumas marcas comuns, como as dificuldades no relacionamento com a família, condições de vulnerabilidade social e econômica, dificuldades no aprofundamento de vínculos amorosos e de amizade e precarização da integridade da saúde física e mental. Como aporte teórico desse relato, a autora fez uso, além da análise de seus registros de atendimento, de pesquisas e fontes teóricas sobre o tema Saúde Mental, população LGBTQIA+, Terapia Afirmativa, preconceito e estigmatização a partir do rastreamento em livros, dissertações, teses e artigos indexados em plataformas de busca como PePSIC, LILACS, BVS e Redalyc. Reforça-se que as consequências do preconceito e da violência sofrida por pessoas LGBT, podem ser muito graves e influenciar no aparecimento de intenso sofrimento ou transtorno mental, podendo chegar à ideação ou ato suicida. Portanto é necessário se ter em mente que a própria discriminação facilita o restringimento de oportunidades em diversos aspectos da vida do sujeito, como na precarização da educação, da moradia, da saúde, da participação política e cívica, provocando uma espécie de interdição ao seu pleno acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

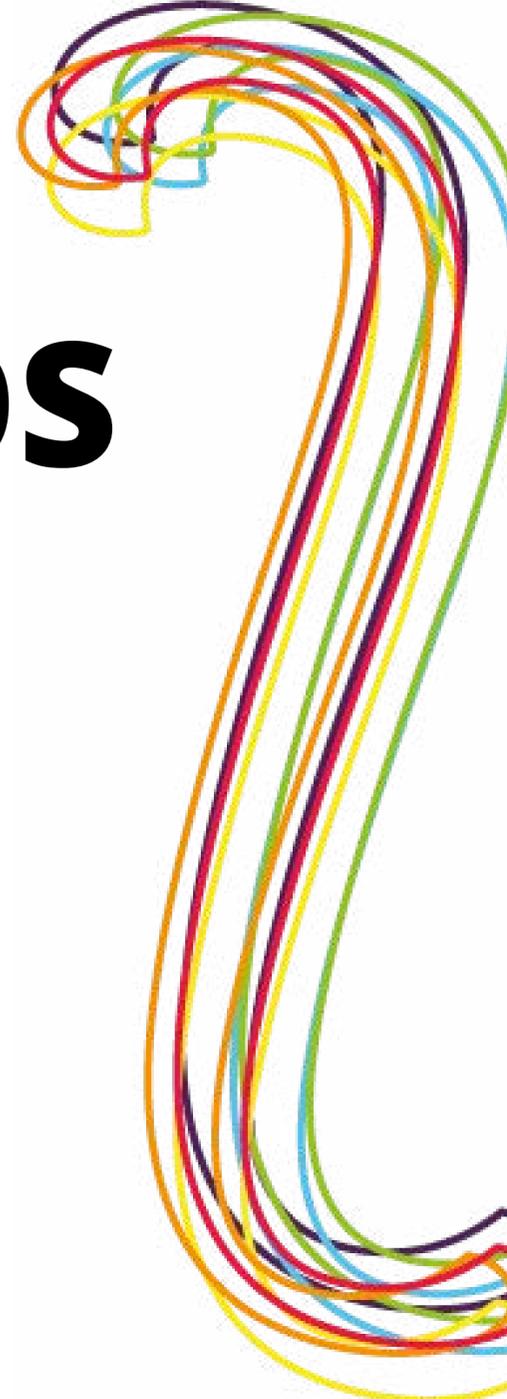
Cabe aos profissionais da Saúde Mental, dessa forma, refletir sobre suas práticas com a parcela da população que vive fora do padrão heterocisnormativo da sociedade, mantendo-se vigilante ao oferecer escuta, acolhimento e intervenções de forma respeitosa e empática, em direção a uma construção de vínculo de confiança e de apoio que irá auxiliar o sujeito em seu processo de subjetivação. Faz-se mister, também, que o terapeuta leve em conta o histórico, a história e o contexto de vida desse sujeito atendido, redobrando os cuidados para não se deixar levar por um olhar psicopatológico, focando apenas nos sintomas manifestos.

REFERÊNCIAS

1. NAÇÕES UNIDAS. **Nascidos Livres e Iguais:** orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos. Brasília: UNAIDS, 2013. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf> Acesso em: 01 jul. 2019.



RELATÓRIOS



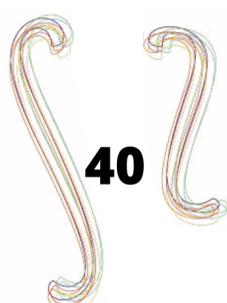
RELATÓRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO ATENÇÃO PRIMÁRIA

ANDRÉIA APARECIDA DE MIRANDA RAMOS
CLÁUDIA R. RIBEIRO

O trabalho intitulado “Ausência de dados sobre orientação sexual e identidade de gênero nas fichas de cadastro individual da Atenção Básica: relato de experiência” foi apresentado por Cosme Laurindo da Universidade Federal de Juiz de Fora. O trabalho destacou que na APS, no cadastro dos usuários nas fichas individuais, não há a obrigatoriedade do registro da informação sobre orientação sexual e identidade de gênero. Apresentou dados de um projeto de extensão, realizado no período de 2020-2021, no município de Juiz de Fora/MG, com estudantes dos cursos de graduação de Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Medicina, Enfermagem, Serviço Social e o autor, aluno de pós-graduação. Os estudantes participantes digitaram cerca de 8722 fichas de cadastro individual, sendo que destas, apenas uma apresentou o dado de orientação sexual e identidade de gênero. O autor ressaltou que constava, nesta ficha, que o usuário não quis falar sobre aquela informação. O resultado do projeto aponta que a ausência deste dado invisibiliza a população LGBTQIA+ no território da APS estudada, questionando se esta população não transita no serviço e se encontra barreiras de acesso. A equipe do projeto fez a devolutiva dos resultados para a SMS do município e para a eSF, através de divulgação de materiais informativos para os profissionais da APS. Porém, destacam a necessidade de mudanças nos processos na APS, que permitam a aplicação da Política Nacional de Atenção Integral à População LGBT e a produção de indicadores que subsidiem o cuidado integral e equânime.

O segundo trabalho “Acolhimento das diversidades nas práticas de saúde: educação em saúde LGBTQIA+ baseadas em processos dialógicos”, trouxe o relato de experiência do grupo Núcleo de Investigação da Subjetividades Contemporâneas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto. O Núcleo criou uma cartilha, a partir do trabalho com quatro UBS, onde desenvolveu diálogos sobre as dúvidas e demandas dos profissionais acerca da população LGBTQIA+. A cartilha foi organizada no formato de “dicas” de acolhimento e esclarecimentos sobre conceitos, facilitando a linguagem junto à essa população. O trabalho foi pautado no método de educação popular proposto pelas teorias de Paulo Freire, priorizando o diálogo e considerando a construção participativa do processo ensino-aprendizagem. Essa dinâmica permitiu que os profissionais de saúde participantes do projeto, pudessem se sentir à vontade para expor seus conhecimentos e suas dúvidas, sobre a temática.

O último trabalho desta temática foi “Educação permanente em saúde: estratégia para construção do cuidado à população LGBTQIA+ na Atenção Básica”, elaborado por autores da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho teve o objetivo de realizar o levantamento bibliográfico sobre as iniciativas de implantação e implementação da Política Nacional de Atenção Integral à População LGBTQIA+. Os autores destacam que a Política Nacional de Educação Permanente em saúde demonstra ser uma ferramenta necessária e com potencialidade para viabilizar o acesso e a adesão da população LGBTQIA+ no SUS, uma vez que qualifica os profissionais da saúde sobre a temática e permite o desenvolvimento de trabalho interprofissional, criando um cuidado mais acolhedor, menos segregador e não violento.



Os trabalhos apresentados permitiram a discussão em torno da importância da educação permanente em saúde, cujos temas devem vir do território e não apenas das orientações dos gestores; que os conhecimentos gerados em pesquisas e intervenções oriundas da academia precisam sempre estar alinhados às necessidades dos trabalhadores e dos usuários dos serviços, numa relação profícua entre a formação e o SUS. Dessa forma, mantém-se a perspectiva da importância de que essas ações, seus achados e impactos no território sejam, continuamente, avaliados e reelaborados nos processos de trabalho na Atenção Primária, no ensino e na pesquisa, de forma que o trabalho e ações de ensino realizadas nos serviços façam sentido para os trabalhadores e usuários.

RELATÓRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Prof. Adriana Maria de Figueiredo
Prof. Alexandre Costa Val
Docentes do PROFSAÚDE-UFOP

“Gosto de ser gente porque, inacabado,
sei que sou um ser condicionado,
mas, consciente do inacabamento,
sei que posso ir mais além dele.
(Paulo Freire)¹

A sessão foi coordenada por Alexandre Costa Val, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), que apresentou uma breve reflexão a respeito da Educação em Saúde e o seu papel na Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT (PNSI LGBT). O propósito foi discutir a relação entre Educação em Saúde e a integralidade que entende os sujeitos como totalidades, ainda que não sejam alcançáveis. Uma vez que o atendimento integral extrapola a estrutura hierarquizada e regionalizada da assistência à saúde e se prolonga pela qualidade da atenção individual e coletiva, ele deve estar implicado em um contínuo compromisso com o aprendizado e com a prática multiprofissional.

O debate se iniciou com o trabalho PROMOÇÃO DE CURSO SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: RELATO DE EXPERIÊNCIA, que foi apresentado por Lara Beatriz. Ela explicou que o projeto foi desenvolvido pelos diretores da liga acadêmica de saúde da população LGBTQIA+, do curso de enfermagem, orientados pela professora Giovanna Libório. Tendo em vista que a população LGBT se encontra vulnerabilizada em relação à saúde, sendo reiteradamente exposta a preconceitos e agressões, a liga se mobilizou para desenvolver um curso para desmistificar algumas questões e promover atividades de educação em saúde em relação ao cuidado dessa população. O curso aconteceu entre março e abril de 2022 e teve, como objetivo principal, subsidiar o atendimento à população LGBT e fornecer conhecimentos sobre os direitos humanos para interessados no tema, sobretudo estudantes e profissionais de saúde. As inscrições foram gratuitas e as atividades foram desenvolvidas de forma síncrona em uma plataforma de reuniões. As aulas foram gravadas e disponibilizadas no YouTube. Além disso, aconteceram exercícios em uma plataforma virtual de aprendizagem. O curso contou com uma série de temáticas – tais como conceito de gênero e sexualidade, saúde e transição de gênero, inclusão nos espaços de saúde e comunicação não violenta – e foi permeado por relatos pessoais de pessoas que vivem essas experiências. A participação e a aceitação foram muito boas, o que pôde ser observado por meio de postagens feitas posteriormente pelos participantes. A promoção do curso foi um desafio para a liga, mas, ao mesmo tempo, proporcionou sua consolidação a partir do envolvimento de todos na ampliação do conhecimento sobre a temática.

Na sequência, Leandro Andrade, que apresentou o trabalho SAÚDE LGBTQIA+ NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA UFOP. Com este trabalho, o grupo quis trazer de que forma a educação pode-se articular a questões de saúde da população LGBT na universidade. Com a expansão desses espaços, nos últimos anos, se tornou ainda mais importante incorporar a questão da saúde no âmbito da assistência estudantil. Na UFOP, foi formulado, a partir de 2018, o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC) com ações e frentes

de trabalho que envolvem a discussão de gêneros e sexualidades juntamente com outras políticas afirmativas. Ao analisar os projetos que compõem esse programa, foi possível perceber o quanto eles são importantes para garantir uma sensação de pertencimento a essa população que se encontra socialmente marginalizada. A universidade, ao oferecer espaços de diálogo e convivência como esses, dando visibilidade para discussões relacionadas aos marcadores sociais da diferença, fomenta um contexto de menos violência e, ao mesmo tempo, atua na promoção da saúde. Tal experiência se mostrou potente não só para criação de redes de apoio local, mas também para levar esse debate para outras instituições de ensino.

Finalmente, Jeziel Silveira apresentou o trabalho ADERIR E PREVINIR: A LACUNA DIANTE DO 'TÁ DIFÍCIL DE ENGOLIR'. Trata-se de um fragmento da pesquisa de seu mestrado que teve, como foco, formas de difusão proposital do vírus HIV no Brasil. A pesquisa mapeou e identificou grupos no Brasil que desenvolvem práticas sexuais no intuito de transmitir intencionalmente o vírus HIV. No resumo, o autor destacou que essas práticas envolvem não somente as pessoas LGBT, mas também homens casados que fazem sexo com outros homens e transmitem o vírus para suas mulheres sem que elas saibam. Por meio de pesquisa documental, o autor constatou que os boletins sobre a utilização de terapias de profilaxia se dirigem a públicos muito específicos, fato que corrobora para restrição do uso desses medicamentos e para proliferação da contaminação. Uma vez que tais orientações contrastam com o alto número de meninas e mulheres que vivem com HIV, o trabalho reforça a necessidade de políticas mais inclusivas e amplas em relação à prevenção dessa infecção.

Após as apresentações, o professor Alexandre fez as suas considerações, ressaltando que as questões por ele levantadas tinham o intuito de provocar reflexões e esclarecimentos que, talvez, pudessem ser incorporadas na escrita para publicação nos anais do evento. De uma forma geral, disse ter gostado bastante dos trabalhos, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de compartilhar experiências e fomentar novas parcerias que pudessem contribuir, de maneira mais substancial, para materialização da PNSI LGBT. Seus comentários foram organizados a partir das diretrizes desta, embora ele não tenha encontrado, na maioria dos resumos, uma articulação mais explícita nesse sentido. Ele incentivou que isso fosse revisto uma vez que todos os trabalhos estavam, de alguma forma, relacionados com a diretriz da política que diz respeito à "inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo SUS, incluindo os trabalhadores da saúde, os integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais"².

O professor destacou que a Educação em Saúde se refere a um campo diverso, atravessado por diferentes práticas e saberes. Apesar de existir, independente da perspectiva adotada, uma tendência em se adotar metodologias dialógicas e participativas no sentido de romper hierarquias e fomentar o engajamento de cada um na construção crítica de conhecimento e de autonomia³, é preciso deixar claro qual foi a via adotada em cada uma das experiências relatadas, algo que não ficou evidente em todos os trabalhos. Por exemplo, no trabalho PROMOÇÃO DE CURSO SOBRE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+: RELATO DE EXPERIÊNCIA, houve um relato de uma iniciativa bastante potente no contexto de um curso de enfermagem. Os autores descrevem detalhadamente como foram as aulas, os principais temas tratados, etc. Não ficou claro, no entanto,

a metodologia de trabalho. Tiveram aulas expositivas? Rodas de conversa? Dinâmicas em grupo? Esse detalhamento, conforme ressaltou o professor, faz toda a diferença para pensarmos nos efeitos das intervenções, assim como na possibilidade de reproduzi-las. Nesse mesmo sentido, ele falou sobre a importância de que os efeitos das ações desenvolvidas estivessem claro nos resumos. No trabalho mencionado, por exemplo, ele percebeu que um dos efeitos foi a sedimentação de uma liga acadêmica, algo extremamente importante do ponto de vista institucional. Ficou em dúvida, no entanto, qual foi a repercussão dessa experiência nos participantes do curso.

Alexandre também enfatizou um outro aspecto bastante recorrente na PNSI, ou seja, a necessidade de que as questões relacionadas às sexualidades e aos gêneros venham acompanhadas de “recortes étnico-racial e territorial”². De fato, sabemos que os marcadores da diferença atuam sinergicamente produzindo diferentes graus de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, abrindo novas possibilidades de alianças e resistências⁴. Isso é muito evidente, por exemplo, no ambiente universitário cujas mudanças são mencionadas no trabalho SAÚDE LGBTQIA+ NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A EXPERIÊNCIA DA UFOP. Algumas autoras⁵, segundo o professor, mostram que transformações no perfil do público que ocupa esses espaços – sobretudo no que diz respeito à raça, etnia, gênero, sexualidade e classe social – têm contribuído para novas formas de sociabilidade, incluindo os coletivos que se caracterizam por organizações mais horizontalizadas e cujas causas envolvem diferentes marcadores da diferença. Sabendo que o aspecto interseccional possibilita alianças e potencializa a luta política, ele perguntou: por que o trabalho se deteve exclusivamente no campo das sexualidades, dos gêneros e da saúde? Ademais, quis saber qual foi a metodologia utilizada para seleção dos projetos, a forma de atuação de cada um dos projetos mencionados, além de suas formas de interação. Afirmou que tais esclarecimentos podem enriquecer o trabalho, trazendo para discussão uma dimensão bastante contemporânea dessa questão.

Para finalizar, Alexandre teceu um breve comentário sobre o trabalho ADERIR E PREVINIR: A LACUNA DIANTE DO ‘TÁ DIFÍCIL DE ENGOLIR’. Para ele, embora o resumo não sustentasse uma articulação clara com o campo da Educação em Saúde, a pesquisa abria espaço para alguma conversa com esse tipo de ação. De fato, a questão levantada é bastante interessante e necessária, ou seja, o fato de que engajamento de homens casados com mulheres em práticas homoeróticas expõe pessoas cis ao contágio de HIV-Aids. Essas pessoas, por não serem consideradas, em uma perspectiva ultrapassada e pouco eficaz, “grupo de risco” para HIV-Aids⁶, acabam não acessando a profilaxia pré ou pós-exposição (PrEP ou PEP). O professor destacou, no entanto, que seria importante que isso estivesse mais evidenciado, sugerindo uma revisão na articulação entre a introdução e objetivo. Também sugeriu que o autor explicitasse a metodologia utilizada para chegar aos resultados. Para ele, o tema se articula diretamente com a PNSI LGBT, sobretudo no que diz respeito ao combate aos estereótipos e “à eliminação das homofobias e demais formas de discriminação (...), contribuindo para as mudanças na sociedade em geral”², algo que, segundo o professor, poderia constar no resumo.

Para finalizar, mais uma vez o professor Alexandre agradeceu a iniciativa de todas, todos e todes participantes que aceitaram dividir as suas experiências. Como última provocação, ressaltou que todas as ações que foram discutidas nesta sessão eram ações localizadas. Tendo em vista que um dos grandes desafios da

PNSI é promover uma conexão entre as iniciativas de diferentes esferas, incluindo União, estados e municípios, ele sugeriu que, talvez, os trabalhos pudessem incorporar essa reflexão no sentido de indicar condições para ampliar o sucesso das ações propostas por cada um.

Após as colocações do debatedor, os participantes foram convidados a se posicionarem no debate, expondo as suas perspectivas. Lara destacou que, em relação à metodologia das aulas, os idealizadores do curso apostaram em estratégias interativas e dialógicas. Os encontros não eram baseados apenas em explicações sobre o conteúdo, mas em trocas no formato de rodas de conversa. Nesse processo, buscou-se conhecer os saberes e experiências prévias no sentido de fomentar uma construção democrática do conhecimento. Ao final de cada encontro, ocorreram avaliações em que os participantes elencavam os pontos altos e atribuíam notas para a dinâmica utilizada, de forma que os instrutores pudessem melhorar as estratégias a serem utilizadas nos encontros seguintes. Em sua percepção, houve uma boa aceitação do curso por parte do público, pois os organizadores receberam muitos elogios. Lara falou da importância dessa ação para construção do conhecimento sobre o tema de forma coletiva e para a consolidação da liga acadêmica, destacando o desejo de que o curso possa atingir mais pessoas e ser ampliado para outros contextos.

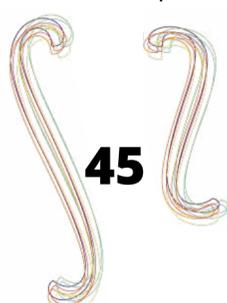
Leandro, por sua vez, destacou a importância da perspectiva interseccional no contexto de abordagem de questões de gênero e sexualidade, uma vez que elas não se desvinculam de outros marcadores sociais e políticos como as questões de raça, de cor e de classe social, por exemplo. Do ponto de vista metodológico, esclareceu que o trabalho foi feito a partir de um levantamento dos projetos que se vinculam à temática de gênero e sexualidade entre todos aqueles submetidos ao PIDIC da Universidade Federal de Ouro Preto.

Por fim, Jeziel afirmou que o seu trabalho seguiu, teórica e metodologicamente, a geografia cultural renovada. Ele esclareceu que a pesquisa foi desenvolvida a partir de metodologia análise documental de cartilhas, folders e informativos da UNAIDS e do Ministério da Saúde publicados entre 2017 e 2021, ressaltando o alcance nacional da pesquisa uma vez que contemplou documentos publicados por agências nacionais. A análise foi combinada com a triangulação de métodos e buscou interpretar o fenômeno a partir de diferentes áreas do conhecimento: das Ciências da Saúde, da Geografia e do Direito. Estudos como o dele, a seu ver, poderiam melhorar a difusão de cuidado e profilaxia em relação às infecções sexualmente transmissíveis.

Após o debate, o professor Alexandre afirmou ter sido esclarecido quanto às indagações e reforçou a sugestão de que as discussões fossem incorporadas aos resumos. Para além de qualquer pontuação do comentador, o caráter dialógico e participativo dessa sessão permitiu a manutenção de um espaço aberto de onde novas perguntas puderam emergir, em um movimento inacabado e, ao mesmo tempo, renovador.

Referências:

1. Freire, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
2. Brasil. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT*. Brasília: MS, 2013.
3. Falkenberg, M.B. et al. *Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva*. *Ciência & Saúde Coletiva* (Rio de Janeiro), v.19, n.3, 2014, p.847-852.
4. Brah, A. "Diferença, diversidade, diferenciação". *Cadernos Pagu* (Campinas), n.26, 2006, p.329-376.
5. Rios, F.; Perez, O.C. *Interseccionalidade e diversidade nas universidades brasileiras: mudanças da última década*. In: FACCHINI, R.; FRANÇA, I.L. (org.). *Direitos em disputa: LGBT+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: SP: Ed. Unicamp, 2020, p.89-115.
6. Simões, J.A. *Gerações, mudanças e continuidades na experiência social da homossexualidade masculina e da epidemia de HIV-Aids*. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n.29, 2018, p.313-339.



RELATÓRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO PRODUÇÃO DO CUIDADO

Prof.^a Mariana Hasse
Prof.^a Flávia do Bonsucesso Teixeira
Docentes do PROFSAÚDE-UFU

A sessão foi coordenada por Flávia do Bonsucesso Teixeira, professora da Universidade Federal de Uberlândia que, após breve apresentação do objetivo da sessão de debates e como aconteceriam os trabalhos, deu início às apresentações.

O debate se iniciou com a apresentação do trabalho “SAÚDE NO INTERIOR DE MINAS GERAIS: PERSPECTIVA DE UMA TRANS UNIVERSITÁRIA”, que foi apresentado por Leandro Andrade Henriques. Leandro explicou que o trabalho foi desenvolvido por estudantes de graduação e pós da UFOP sob orientação do prof. Marco Antônio Torres, do Departamento de Educação. É o recorte de uma pesquisa sobre acesso e permanência de pessoas trans na UFOP, realizado através de entrevistas narrativas. Neste trabalho, eles discutem especificamente a narrativa de Thaynara, uma estudante trans e trabalhadora e aborda questões relacionadas a sua saúde e acesso a serviços em Mariana – MG, onde vive e trabalha. A própria Thaynara - autora do trabalho -, participa rapidamente da apresentação por estar trabalhando. Ela se apresenta como a primeira mulher trans a ser instrutora de autoescola no município e como militante para a melhoria do acesso e qualidade dos serviços de saúde para mulheres trans. A pesquisa sinaliza o desrespeito ao uso do nome social nos serviços de saúde e a falta de assistência à hormonização e especialistas (urologista no caso), o que obriga o deslocamento mensal até Belo Horizonte e/ou Rio de Janeiro. Isso impacta a rotina de Thaynara que, além de trabalhadora, é estudante e precisa lidar com as atividades da universidade.

Na sequência, Clara Azevedo de Araújo, apresentou o trabalho PROJETO IDENTIDADE: UM AVANÇO EM DIREÇÃO A ATENÇÃO INTEGRAL DA POPULAÇÃO TRANS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PEDRO ERNESTO (HUPE). Clara é assistente social e residente no HUPE, no Rio de Janeiro, um dos cinco hospitais credenciados no Ministério da Saúde como referência para o processo transexualizador, inclusive para realização de cirurgias. O trabalho foi desenvolvido por assistentes sociais residentes com a supervisão da Márcia Brasil, coordenadora do ambulatório. O foco do trabalho é o projeto Identidade, iniciativa da equipe médica da endocrinologia que surgiu em maio de 2022, e visa garantir o atendimento integral da população trans. Apesar das cirurgias ocorrerem no HUPE desde 2003, a questão hormonização e terapia hormonal não era um serviço previsto o que fazia com que os usuários e usuárias precisassem ser encaminhados para outros dispositivos, como o IEDE. A discussão aponta para como a iniciativa é inovadora por prever um trabalho coletivo fundamentado na integralidade do cuidado. A equipe técnica que compõe o projeto conta com assistentes sociais, urologista, ginecologista, endocrinologista, fonoaudióloga, psiquiatra, enfermagem e psicologia que, ao trabalharem, conjuntamente, conseguem atender aos diversos agravos a que essa população está exposta. Os usuários do serviço – muitos há anos sem acessar tais especialidades -, relatam se sentirem protegidos por estarem em um espaço não binário e não heteronormativo. Ele está inserido no sistema de regulação do município e pessoas trans de todo o município estão conseguindo acessá-lo.

Finalmente, Cláudia Regina Ribeiro apresentou o trabalho “EU VIM BUSCAR ESSA LIBERDADE DE SER QUEM EU QUERIA SER: DESEJOS, CONTRADIÇÕES E AMBIGUIDADES NA CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES TRANS”. Ele discute a experiência de implementação de um ambulatório para o processo transexualizador em Niterói. Trata-se do fragmento de uma pesquisa em que trabalham com masculinidades e homens trans e discute vivências a partir do processo de transição. Foram entrevistados 28 homens, jovens universitários, o que traz aspectos interessantes para a pesquisa. A produção dos dados foi iniciada em 2019 e suspensa com o início da pandemia de COVID-19. As autoras destacam o fato de que há desejos por identidades diversas e isso se manifesta uma busca por diferentes tipos de intervenção no ambulatório. Os homens buscam mudanças na voz, especialmente porque, mesmo quando há um corpo transformada, a voz pode revelar a identidade trans e deixá-los vulneráveis à violência. O desejo pela barba, diminuição das mamas e aumento de massa muscular também é narrado. Há uma aposta na diminuição das mamas através do uso do hormônio e pouca procura pela mastectomia. Como muitos entrevistados se identificam como não-binários, há um conforto com o corpo presente e pouco desejo por mudanças cirúrgicas. As mulheres trans, especialmente travestis, frequentam pouco o ambulatório e acreditam que seja que, por muitas ainda terem trabalhos noturnos, o horário de funcionamento do ambulatório, que é matutino, não ser favorável à ida delas. 90% dos homens trans frequentam o ambulatório acompanhados de familiares e/ou companheiras, o que não acontece com as usuárias mulheres, o que reforça um padrão de gênero recorrente entre homens. Estar acompanhado faz diferença na produção do cuidado. A questão da cor também foi um marcador importante porque, a partir da transição essas pessoas passaram a ser lidas como homens pretos e pardos o que alterou suas relações institucionais e urbanas. A passabilidade desses homens os afasta de movimentos sociais trans pois invisibiliza a condição de ser trans e isso os protege socialmente de preconceitos e outras violências. Desejam não reproduzir masculinidades tóxicas. O ambulatório dispersou com a pandemia e estão em processo de retomada das atividades.

Após as apresentações Flávia faz suas considerações. Ela inicia sua fala ressaltando o desafio trazido pelo primeiro trabalho que são, tanto o ingresso e permanência em universidades, quanto a realidade dos gargalos nos processos transexualizadores. Flavia relata pesquisa realizada pelo curso de nutrição da UFU sobre segurança alimentar dos estudantes durante a pandemia de COVID-19 e o dado que se destaca é que entre os mais vulneráveis, estavam os e as estudantes trans. Ela nos convoca para pensarmos juntos em como sustentar políticas de permanência estudantil levando em consideração dados como estes. E nesse sentido, sinaliza a importância da parceria entre universidades e serviços. Posteriormente, reforça a importância do projeto Identidade que vem sendo desenvolvido no HUPE, que busca garantir a integralidade do cuidado. E aponta que este pode ser o embrião de um processo – urgente já que a atenção qualificada não pode ficar restrita a ambulatórios - de matriciamento no SUS, estabelecimento de referência e contrarreferência e articulação em rede, ações elementares para a efetivação da atenção integral. Ela provoca Clara e sua equipe a pensarem em como tem se dado as relações entre os diversos profissionais que atuam em conjunto e mesmo, com os outros serviços da rede. Nesse sentido, ela faz referência à demanda antiga que vem sendo ao ministério da saúde para que, a partir da articulação entre os próprios serviços especializados e reconhecimento do que vem sendo feito e encontrado em tais espaços, a política ir sendo reconstruída e reformulada. Serviços em diferentes localidades

e com diferentes configurações se deparam com questões semelhantes e esse diálogo entre quem atua deve ser favorecido para a qualificação da produção do cuidado. Questões como relações antes homoafetivas que se transformam em relações hetero a partir da transição de uma das pessoas, por exemplo, configuram situações cotidianas e que tem desdobramentos no processo de cuidado. Há um conjunto de acontecimentos que exige a reflexão constante para que reformulações necessárias para um cuidado adequado, possa, ser permanentemente feitas. Para finalizar, Flavia sinaliza a importância de registrar que o que existe e vem sendo construído – inclusive a própria política LGBT – é fruto do trabalho realizado por esses trabalhadores da saúde e, por isso mesmo, são eles que sabem, juntamente com a população, onde é necessário avançar. Ela reforça o descompasso que há, muitas vezes, entre a urgência dos movimentos sociais e dos usuários, e o tempo da gestão e da academia, o que gera impasses conflitos. É um desafio a ser vencido ajustar esses relógios. Para finalizar, mais uma vez Flávia agradeceu a iniciativa de todas, todos e todes participantes que aceitaram dividir as suas experiências neste evento.

RELATÓRIO DOS TRABALHOS APRESENTADOS NO EIXO SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

Lúcio da Costa Giroto
Doutorando em Saúde Coletiva na UNIFESP e professor do DESCO-FAMED-UFU;
Jéssica Bruna Borges Pereira;
Doutoranda em Saúde Coletiva na UFES e professora do DESCO-FAMED-UFU

No dia 27/08/2022, às 09h30min, seguindo a programação do evento “Na Base do Afeto: I simpósio nacional de saúde LGBTQIA+”, foi realizada a sessão de debate com o tema Saúde Mental. Nela estiveram presentes o debatedor Lúcio Costa Giroto, a redatora Jéssica Bruna Borges Pereira e os apresentadores de trabalhos Miriane Menezes Lovisi, Flávio Alves da Silva, Marina Abreu Dias e Otávio Meniani Ercole.

Os trabalhos apresentados possuem seus objetivos e propostas singulares, mas que se entrelaçam e se complementam. Seguem o tema principal, da saúde mental da população LGBTQIA+, desde a formação de profissionais até as atuais práticas realizadas. A seguir uma breve descrição das apresentações de cada autor e, continuando, os pontos discutidos a partir dos relatos.

O primeiro trabalho foi da autora Miriane Menezes Lovisi, intitulado “O cuidado em saúde mental online de pessoas LGBTQIA+: um relato de experiência na residência multiprofissional”. A então autora traz que foram dois anos inserida nesse projeto de atendimento à população LGBTQIA+ durante a residência em saúde mental, em formato de plantão psicológico e acompanhamento terapêutico. A partir disso, com o objetivo de promover reflexões acerca do cuidado mental da população LGBTQIA+, o trabalho coloca algumas características comuns marcantes evidenciados nos atendimentos, como o preconceito quanto à diversidade sexual e de gênero e a discriminação das pessoas por serem quem são. Além de dificuldade em relações sociais e restrição em acessos sociais e a direitos desta população. Fatores, como a autora coloca, que influenciam no aparecimento de sofrimento mental. A partir da perspectiva da terapia afirmativa, buscou-se a autonomia dos sujeitos atendidos e olhar para os marcadores sociais presentes. A autora pontua que devemos se manter vigilantes quando ofertar escuta, para ser um atendimento o mais empático possível, e sem se deixar levar pelo olhar psicopatologizante unicamente e procurar observar as potencialidades.

Flávio Alves da Silva apresenta seu trabalho intitulado “A formação em Psicologia e o atendimento à população LGBTQIA+ em um serviço-escola”. Sendo um relato de experiência, o presente trabalho aborda o preparo e a prática de um projeto que fornece atendimentos psicológicos para a população LGBTQIA+. A partir de uma conversa com uma pessoa do movimento LGBTQIA+, pensou-se em como a psicologia poderia ajudar esta população nas suas práticas e a não propagar preconceitos e violências. Com o diálogo com o movimento LGBTQIA+ da cidade em que o projeto foi elaborado, foi-se planejando como seria o serviço de atendimento, além de possibilitar a identificação de demandas e necessidades que tais pessoas traziam, e um suporte político. Com isso, foi realizada uma orientação aos trabalhadores da universidade em que o serviço está localizado, a definição de modalidade de atendimento individualizado e a construção de um suporte teórico-técnico com os estudantes sobre o tema. Pois, como o autor coloca, existe uma grande teorização no processo de formação e pouca prática, o que impacta na forma de atendimento à tal população. Alguns pontos norteadores

de tal projeto foram a despatologização da população LGBTQIA+, a perspectiva antimanicomial, a perspectiva afirmativa e o conceito de clínica ampliada. Observou-se que as demandas do movimento eram centradas principalmente para laudos psicológicos e a garantia de serem tratados em psicoterapia com dignidade. Além disso, teve-se como objetivo também fortalecer o vínculo do usuário com o serviço, já que se constatou a não adesão de pessoas transexuais a tais serviços, a partir de atendimento humanizado e trabalhar e estimular a autonomia do usuário. Atualmente estão em andamento 23 casos e com fila de espera, sendo o principal público a população transsexual. Foi possível perceber, como relata o autor, que o trabalho do serviço tinha que se debruçar sobre a vida das pessoas, como a pobreza e vulnerabilidades, orientações para a rede de saúde, abrindo espaço para discussão dos próprios preconceitos da equipe. O serviço se tornou uma referência no território e um espaço de acolhimento para a população LGBTQIA+. O autor também coloca alguns desafios, como ampliar o atendimento, institucionalizar o projeto e não ser apenas vinculado à prática individual de docente, preparar os futuros profissionais e repensar como a Psicologia atende tal população.

Marina Abreu Dias apresenta seu trabalho intitulado “Ensino sobre violências contra a população LGBTQIA+ na graduação em psicologia”. A autora traz que a violência é uma questão social e de saúde, que vai repercutir na vida das pessoas. Ainda, coloca que o código de ética da Psicologia traz o papel do profissional para a eliminação da violência, discriminação e opressão contra qualquer pessoa, e que, assim, o profissional deve saber o manejo de tal temática. Por isso, a pesquisa procura identificar como está a abordagem da violência contra a população LGBTQIA+ nos projetos políticos pedagógicos (PPPs) nos cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Após análise documental, foi observado que alguns PPPs traziam a violência contra a população de forma indireta, sendo abordada em conjunto com outros temas semelhantes e em espaços eletivos, como em projetos de extensão, sendo o acesso dependente de escolha individual. A autora pontua que a formação de profissionais de Psicologia não está coerente em seus PPPs para o cuidado da população LGBTQIA+ e do cuidado à violência, além de que outros cursos também devem se atentar ao tema.

Otávio Menano Ercole traz o trabalho intitulado “Cuidado LGBTI+ e saúde mental: perspectivas iniciais da implantação da frente para ativação de rede”. Utilizando de relato de experiência, o autor coloca como foi-se dando o desenvolvimento de projeto de educação permanente e continuada para profissionais sobre o tema da saúde da população LGBTI+. Em um primeiro momento, foi realizado um contato com as lideranças da comunidade para levantar demandas e barreiras observadas sobre o então tema. A partir disso, com foco nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), por tais serviços serem porta de entrada da população, foram realizadas rodas de conversas com os profissionais sobre questões da saúde da população LGBTI+, as quais abordaram conceitos básicos, informações quanto ao processo transexualizador na região, leis e direitos de tal população e o acesso desta aos serviços de saúde. Além disso, o autor pontua que foi observado resistências sobre debater o tema, identificando preconceitos de profissionais, e, também, a responsabilização do próprio usuário pelo seu não acesso aos serviços de saúde, sem o pensamento crítico sobre como tal usuário é tratado e acolhido em tais espaços. Ainda, foi possível identificar profissionais com interesse em aprender e a se instruir sobre os temas apresentados. Atualmente é feito um evento em uma UBS localizada na periferia da cidade em que o projeto é realizado, voltado para a saúde da população LGBTI+, com questões da saúde como um todo.

Ao final da apresentação foram levantadas algumas discussões pelo debatedor, como o aumento da vulnerabilidade da população LGBTQIA+ no contexto de pandemia pela Covid19 e como pensar no acesso de tal população aos serviços oferecidos. Além de que como transformar um serviço de saúde buscado principalmente para laudos psicológicos pela população transsexual para ser referência no território de atuação e um espaço para o cuidado destas pessoas. Ainda, se existe alguma justificativa quanto ao aparecimento ou não do tema da saúde e da violência contra a população LGBTQIA+ nos projetos políticos pedagógicos de cursos de graduação em Psicologia de instituições no Brasil e quais as possibilidades de afetar e chegar até profissionais que possuem resistência em abordar o tema da saúde de tal população.

Flávio traz a discussão de que a pandemia de fato piorou a vulnerabilidade da população LGBTQIA+, principalmente falando de pessoas transexuais e de travestis, as quais já se inseriram em trabalhos informais e de grande vulnerabilidade e que em tal contexto acabaram perdendo seus empregos. E sobre o acesso à internet desta população para que pudessem ser atendidas no projeto em que participa, ele conta que foi firmado uma regra em que a pessoa que entrou no serviço permanece nele mesmo que venha a faltar nos atendimentos, garantindo sua vaga. Também coloca a necessidade de se dialogar com outros cursos e profissionais para o cuidado integral. Relata que com a volta dos atendimentos presenciais do projeto que participa, houve uma preocupação por parte da equipe em como seria a interação da população atendida por eles com os demais usuários. Mas que se mostrou um próprio preconceito da equipe e a interação entre as pessoas se mostrou enriquecedora, de modo a convidarem uma pessoa atendida por eles a realizar rodas de conversa na sala de espera do serviço, haja vista que esta pessoa se tornou próxima das demais que passam por ali. Flávio conclui que houve um ganho na formação dos alunos que ali atuam, de modo que puderam sair de um lugar fechado da clínica e sair e conhecer as demais redes de cuidado e problemáticas presentes.

Marina traz que as temáticas de saúde da população LGBTQIA+ aparecem em campos da saúde e em área social, mas que é uma temática ensinada a partir da sensibilidade dos professores, como uma prática individual deles e não necessariamente institucional.

Otávio, ao falar sobre afetar os profissionais que possuem resistências quanto ao cuidado e estudo sobre a saúde da população LGBTQIA+, coloca a importância da conscientização. Mas que mesmo assim tem a parcela que não se coloca disponível para tais discussões, e que nestes casos a conscientização se faz necessária em conjunto com as informações de possíveis consequências jurídicas de suas atitudes. Um modo de abordar essa resistência seria o questionamento de quais seriam as justificativas para tal comportamento e quais angústias possíveis o profissional poderia ter.

Dessa forma, se conclui a sessão de debate com a observação de que o cuidado em saúde da população LGBTQIA+ precisa ser melhor aprofundado e elucidado desde a formação em instituições de ensino superior, até a educação permanente de profissionais em atuação. Ainda, práticas atuais se mostram importantes para que esta população tenha acesso aos serviços de saúde e sejam tratadas e acolhidas com respeito e dignidade, observando seus direitos e com vista à sua autonomia.

**Acesse o site do simpósio
pelo link abaixo
ou QRCode.**



nabasedoafeto.wixsite.com/home





o sexo da
PALAVRA

osexodapalavra.com
osexodapalavra@gmail.com